



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 526 - DE 20 DE AGOSTO A 3 DE SETEMBRO DE 2016 - R\$ 4,00

Fora o ministro do governo golpista do sindicato!



Posição do POR diante da cisão do PSTU

76 anos do assassinato de Trotsky



Organizar o movimento local, regional e nacional dos explorados

Que os capitalistas arquem com sua própria crise!

A decisão da Mercedes Benz de cortar 20% da força de trabalho indica que a multinacional considera esgotados os recursos que permitiram realizar graduais demissões por meio dos PDVs e adiar a total liquidação dos postos de trabalho considerados excedentes. É claro que pode rever a decisão, caso tenha em contrapartida uma grande vantagem. É o que acabou de acontecer na Volkswagen com o acordo profundamente lesivo aos salários.

Na Embraer, o sindicato metalúrgico de São José dos Campos foi obrigado a reagir diante da abertura dos PDVs que resultarão, se aplicados, em dezenas de demissões. A assembleia decidiu pelo cancelamento imediato dos PDVs e assinalou que poderão recorrer à greve. Os operários da Sumidense, em Pouso Alegre, Minas Gerais, realizaram uma manifestação. Duas plantas da empresa japonesa serão fechadas. Cerca de 900 postos de trabalho serão destruídos. Na Alston, em São Paulo, os trabalhadores cruzaram os braços exigindo a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais e contra a substituição do plano de saúde por um de pior qualidade.

O sindicato metalúrgico do ABC e o de São Paulo, recentemente, se reuniram com o ministro do Trabalho, em Brasília, para apresentar o surrado plano de renovação de frota. Diante da greve na Mercedes, o ministro aceitou o convite de ir até o Sindicato Metalúrgico no ABC, para interceder junto à Mercedes. É do interesse do governo golpista estabelecer relações com a burocracia sindical e mostrar-se diante dos explorados como preocupado com as demissões e o desemprego. Seu brutal ajuste fiscal recessivo é apresentado como solução futura. Os dirigentes sindicais petistas justificam sua aproximação com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, como um desejo dos trabalhadores e como inevitável a interlocução com as autoridades governamentais. Nesse mesmo sentido, o presidente do sindicato, Rafael Marques se reuniu com o secretário do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo para solicitar um encontro com Alckmin (PSDB), um dos chefes do golpe contra Dilma.

Em primeiro lugar e acima de tudo, no entanto, estão os interesses das multinacionais. Os cutistas, forcistas, cetebistas e outras centrais – à exceção da CSP-Conlutas – negociaram com Dilma Rousseff os subsídios aos capitalistas da indústria, a adoção do PPE e a limitação das contratações por terceirização. Em particular, o PPE foi apresentado à classe operária como uma medida que evitaria as demissões. Esse grandioso achado impõe a redução dos salários e o saque ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Como todo grande achado da burocracia sindical, tais medidas funcionam até quando a colaboração de classes é favorável aos lucros dos capitalistas. É o que se passa com o PPE na Mercedes. A matriz alemã avalia que tudo que poderia fazer para

conservar os empregos foi feito. Agora, com a persistência da queda do consumo e com o excesso de capacidade produtiva, é preciso pôr para correr dois mil e quinhentos operários. O PPE, lay-off, semana reduzida e férias coletivas já não atendem aos lucros da montadora. Assim, não há por que adiar as demissões, que trariam redução de gastos com a força de trabalho, preservariam a lucratividade e a capacidade concorrencial no apertado mercado automotivo.

É nessa situação que a direção sindical petista corre até o ministro do governo golpista para lhe solicitar ajuda. Ou seja, que o Estado proteja os lucros e os negócios da multinacional, porque, assim, a empresa não demitirá ou demitirá aos poucos e porque, assim, os operários continuarão a acreditar que sua direção é eficiente e esperta o suficiente para conseguir do governo burguês a proteção dos empregos. Ocorre que a crise de superprodução e o aumento do excedente da força de trabalho (aumento do exército de desempregados) acaba sendo um momento propício para os capitalistas de conjunto reduzirem o seu preço. Isso explica a queda da renda média nacional dos assalariados. Os explorados ao mesmo tempo são golpeados pelas demissões, aumento do desemprego e redução do preço da força de trabalho. Resulta que ficam mais pobres e mais miseráveis.

É essa a situação que se configurou a partir da eclosão da crise mundial em meados de 2008. A classe operária como um todo continua em atraso reivindicativo e político, mas muitas greves fabris têm eclodido. As lutas locais, por fábrica, indicam a presença de grande descontentamento no seio do proletariado. É completamente falso o argumento da burocracia de que os operários apoiam o PPE, lay-off, etc. e a política de se socorrer da boa vontade do governo federal. Ocorre que não veem outra saída. Outra saída que seja a defesa de suas reivindicações próprias e dos seus métodos coletivos de reação e combate aos ataques dos capitalistas e de seu governo.

É sintomático o fato de que com uma mão se levante a bandeira de “Fora Temer”! “Eleições Gerais”! “Plebiscito”! e com outra se socorra do governo golpista e se cumprimente o ministro do Trabalho. A esquerda que se enfileirou por trás do “Fora Temer” é a mesma que contempla a descarada política de conciliação de classes da burocracia petista.

À vanguarda que ainda conserva um pingão de independência política e de classismo, está colocada a tarefa de rechaçar tamanho desvio da luta de classes, propagandear, agitar e organizar a luta unitária da classe operária local, regional e nacional. Está colocada a realização de uma campanha nacional em defesa dos empregos e salários, sob a bandeira: “Que os capitalistas arquem com sua própria crise: lutamos em todo o País pelos empregos e salários”

Enfrentar o plano de demissões massivas da Mercedes-Benz

A montadora do ABC há muito vem demitindo. Implantou o “Programa de Proteção ao Emprego (PPE)”, aplicou a suspensão temporária (lay-off) e impôs o Programa de Demissão Voluntária (PDV). Mesmo assim, continuou com as ameaças de demissão de mais de 2 mil metalúrgicos. Há muito que a direção do sindicato vem negociando essas medidas com a multinacional. Mas essas apenas serviram para adiar o plano de demissão massiva. Agora, a Mercedes aproveita a situação de crise econômica para ir mais fundo em seu propósito de fechar postos de trabalho, reduzir salários e eliminar direitos trabalhistas. Os dirigentes sindicais em assembleia na porta da fábrica defenderam a paralisação por um dia. No dia 15 de agosto, a montadora deu licença remunerada para todos os metalúrgicos e, em seguida, começou a enviar para a casa dos operários os telegramas de demissão.

A Mercedes-Benz possui 9.500 trabalhadores, sendo que 1400 estão cumprindo o lay-off. A montadora está determinada a demitir dois mil. Para isso, colocou toda a fábrica em licença remunerada. Força a direção do sindicato a aceitar seu plano de demissão.

Assembleia controlada pelos burocratas do sindicato

A direção metalúrgica não teve outra saída a não ser convocar os operários da Mercedes para a assembleia, no dia 17. Os operários compareceram massivamente e boa parte segurando o telegrama de demissão. Foram coletivamente para votar uma proposta de defesa dos empregos.

Na assembleia, só falaram os dirigentes do sindicato, como sempre. Fizaram um apanhado do que já foi feito para reverter o plano da empresa. Disseram que, há duas semanas, a empresa soltou uma nota falando do excedente de mão-de-obra. Nessa nota, dizia que eram 2.500 metalúrgicos e que o PDV não atingiu a meta. Narrou que o sindicato, imediatamente, procurou a direção da fábrica, mas não houve acordo. Depois, realizou a assembleia na porta da empresa e houve a decisão de paralisar por um dia. A montadora voltou a conversar com o sindicato, mas reforçou seu plano de demissão, como única alternativa. Relataram aos operários, que na assembleia se encontravam cabisbaixos, que foram apresentadas as alternativas de PPE, lay-off e PDV. Mas, não houve resposta. Mudando o tom da narração, o dirigente Aroaldo afirmou que a Mercedes tentou quebrar o movimento, anunciando a licença remunerada e mandando telegramas de demissão. E o que fazer?, perguntou aos operários que se mantinham silenciosos. Rapidamente, respondeu que “está todo mundo no mesmo barco” e que é preciso desconsiderar o telegrama da demissão. Esse foi o momento em que os operários aplaudiram. Concluiu dizendo que a situação é ruim para os trabalhadores e também para a Mercedes, as demissões não podem ser unilaterais, há que negociar uma alternativa.

Como a burocracia não abre a palavra na assembleia para os

operários, só há a proposta do sindicato. Porém, foi obrigada a justificar um questionamento feito por vários operários sobre o local da assembleia na porta do sindicato e não na fábrica. Disse que era o começo da organização. Rapidamente, propôs uma caminhada até a Praça da Matriz, para mostrar a disposição de luta. Depois da caminhada, na Praça da Matriz, o presidente do sindicato, Rafael Marques, discursou informando sobre o ato do dia 16 na Av. Paulista, dizendo que a situação é grave para todos (referindo-se aos trabalhadores e empresários) e que o momento é de resistência e unidade. Concluiu lamentando que a Mercedes não é justa para com os trabalhadores, porque já lucrou muito, agora quer demitir e não quer aceitar as alternativas que os trabalhadores (na verdade, o sindicato) têm para resolver o problema.

O que pretende a direção do sindicato?

Pretende que o governo golpista de Temer assuma a bandeira das multinacionais de “Renovação da Frota”. Dias atrás, o presidente do sindicato reuniu-se com o ministro do Trabalho para lhe entregar o projeto. Essa via submete o movimento operário aos interesses das poderosas montadoras. Evidentemente, a burocracia sindical manobra para convencer os metalúrgicos de que é melhor apoiar os objetivos econômico-financeiros das multinacionais do que lutar por suas próprias reivindicações. A pergunta de Aroaldo “o que fazer?” diante da grave situação teve como resposta por ele mesmo que se tratava de unir empregadores e empregados, em outras palavras, o capital e o trabalho. Essa não é uma resposta operária, mas sim burguesa.

A Mercedes demitiu dezenas de metalúrgicos por meio do PDV, agora demite centenas por meio de um telegrama. Anteriormente, se valeu do PPE, que reduziu os salários e saqueou o FAT. Visto que o governo Temer traçou um ajuste fiscal, que não permite a continuidade dos milionários subsídios às montadoras, a Mercedes recorreu às demissões. A

(...) a burocracia sindical manobra para convencer os metalúrgicos de que é melhor apoiar os objetivos econômico-financeiros das multinacionais do que lutar por suas próprias reivindicações.

Volks, por sua vez, impôs um novo acordo que lesa os salários e força as demissões pela via do PDV. Tudo indica que a burocracia do sindicato pretende que a Mercedes faça o mesmo que a Volks. É bem provável que, por debaixo do pano, os burocratas vendidos já estejam negociando os seus termos. A bandeira de “Renovação da Frota” mostra o quanto o sindicato tem servido de canal de pressão das multinacionais sobre o governo e o Tesouro Nacional. Em absoluto, não se trata de proteger os postos de trabalho, mas sim de proteger o lucro das montadoras.

Como se vê, o Sindicato Metalúrgico do ABC está controlado por uma burocracia que se apoia no capital imperialista, distinta da velha burocracia pelega que se apoiava no capital nacional. É necessário, portanto, que os metalúrgicos se rebelem contra a colaboração de classes e que sua vanguarda constitua uma nova direção classista, revolucionária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

O que Fazer?

O ponto de partida está em rechaçar as bandeiras da “Renovação de Frota”, o PPE, lay-off e PDV. Acordos lesivos, como o da Volks, devem ser denunciados e rompidos. Isso se fará defendendo o programa, os objetivos políticos da classe operária e seus métodos de luta. Diante da crise geral que resulta em demissão em massa, a resposta é a da organização de um amplo movimento local, regional e nacional.

O que fazer diante das demissões da Mercedes? Lutar para que o sindicato convoque assembleia geral com o claro objetivo de aprovar as reivindicações e as medidas de luta coletiva. A assembleia geral deve revogar o acordo lesivo da Volks, a aplicação do PPE e desautorizar que o sindicato faça acordos por fábrica quando este afete os interesses gerais dos operários. Todo acordo que resulte em redução salarial e abertura de PDV atinge a toda a classe operária. O que a burocracia está fazendo é concretizar a reforma trabalhista pretendida pelos capitalistas de colocar o negociado sobre o legislado, ou seja, que os acordos por fábrica se coloquem acima da legislação trabalhista. É com essa fragmentação que a burocracia conserva seu poder sobre os operários e dissolve a revolta coletiva. Está aí por que é necessária a convocação urgente da assembleia geral para reprovar essa política patronal que impera no sindicato.

É preciso separar claramente a política capitalista para a crise da política proletária. A Renovação de Frota, PPE, lay-off e PDV são parte da política capitalista. A burocracia vendida é que confunde os operários com a ideia de essa é a alternativa para evitar as demissões.

Ao contrário, a política operária responde às demissões com as reivindicações de redução da jornada, sem reduzir os salários, aplicação da escala móvel das horas de trabalho, estabilidade no emprego e efetivação de todos os terceirizados. Para isso, é preciso a força integral da classe operária e não só desta ou daquela fábrica. Somente se combate as demissões e o desemprego com o movimento geral, ainda que possa começar em uma fábrica. Está aí por que a burocracia sindical, por praticar a conciliação de classes, fragmenta o movimento operário e o sujeita a acordos particulares impostos pelo poder patronal. É o que vem ocorrendo no país e, em especial, no ABC.

O Boletim Nossa Classe e o Partido Operário Revolucionário têm combatido essa política da burocracia e trabalhado insistentemente pela convocação das assembleias gerais, pelas reivindicações próprias da classe operária, pela independência dos explorados e pela constituição de uma frente

única nacional para responder aos ataques da burguesia e de seu governo.

O que fazer diante das demissões da Mercedes? Lutar para que o sindicato convoque assembleia geral com o claro objetivo de aprovar as reivindicações e as medidas de luta coletiva.

(...) Somente se combate as demissões e o desemprego com o movimento geral, ainda que possa começar em uma fábrica. Está aí por que a burocracia sindical, por praticar a conciliação de classes, fragmenta o movimento operário e o sujeita a acordos particulares impostos pelo poder patronal.

Fora Nogueira do sindicato

A diretoria do Sindicato Metalúrgico do ABC convidou o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para uma reunião sobre as demissões na Mercedes. No dia 19 de agosto, o Ministro do governo golpista foi recebido com satisfação pelos burocratas que temem a radicalização da luta operária. Na verdade, Ronaldo Nogueira com seu gesto retribuiu a ida dos presidentes dos sindicatos metalúrgicos do ABC e de São Paulo a Brasília. Desta feita, os sindicalistas levaram um plano de renovação de frota e uma proposta de “aperfeiçoamento do PPE”. Agora, depois da reunião no ABC, o Ministro declarou que é possível aumentar a participação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) acima dos 30% do salário dos operários colocados em regime de PPE. O presidente do sindicato, Rafael Marques, viu como positivo a disposição do Ministro golpista vir até o sindicato e mostrar interesse em participar das negociações com a multinacional alemã.

A tábua de salvação da política de conciliação de classes dos sindicalistas cutistas e petistas, de repente foi encontrada no próprio governo que conspirou para derrubar Dilma Rousseff e ocupar seu lugar. Caso o Ministro consiga ajeitar as coisas entre a direção sindical e a montadora, certamente, a dívida dos burocratas da CUT com o governo golpista será impagável.

O predomínio da política de conciliação de classes no movimento sindical tem sido responsável pela ausência de resistência às demissões em massa. A luta coletiva do proletariado foi substituída por negociatas entre a direção sindical, as multinacionais e os governos, onde se gestam medidas que implicam perdas salariais e renúncias fiscais da União, em troca de demissões parciais por meio dos PDVs. A burocracia apresenta essas condições em nome da preservação dos empregos. A ausência de uma oposição classista, revolucionária, nos sindicatos,

facilita o movimento pró-patronal da burocracia. As assembleias manipuladas, onde só falam os diretores do sindicato, não expressam a verdadeira necessidade e vontade dos operários. É o que vimos na recente assembleia que aprovou o acordo lesivo da Volks e agora as assembleias na Mercedes.

A burocracia ao trazer o Ministro do Trabalho para dentro do sindicato demonstra que é incapaz de dirigir a luta operária e coloca os problemas dos explorados nas mãos do Estado burguês. Os inimigos, exploradores e opressores do povo, são apresentados como amigos, protetores e tábua de salvação. Essa mesma gente que levanta a bandeira “Fora Temer” traz para dentro do sindicato o governo golpista. É necessário denunciar e rechaçar essa política de subserviência. É necessário defender a independência de classe do proletariado, suas reivindicações, sua unidade, sua democracia e seus métodos de luta. Fora o Ministro Nogueira do sindicato!

São Paulo - Ato do dia 16

A classe operária necessita de uma verdadeira unidade sindical contra as demissões, o desemprego, a alta do custo de vida e a destruição de direitos trabalhistas e previdenciários

A manifestação do dia 16, em frente à Fiesp, reuniu as direções das centrais sindicais e de alguns sindicatos. O ato esteve sob a direção da Força Sindical e do sindicato metalúrgico de São Paulo. A maioria dos 3 mil presentes era constituída de dirigentes sindicais, representantes dos comitês de empresa e delegados de fábrica. A classe operária não foi organizada para paralisar nesse “Dia Nacional de Luta”. Alguns sindicatos estiveram na porta das empresas, o que causou atrasos na entrada. Pelos cálculos dos burocratas, foram mais de 30 atrasos. Mas a política das direções não era de impulsionar uma massiva paralisação da classe operária. Como eles mesmos disseram, o ato era um “esquenta”.

A presença da Força Sindical, CUT, CSB, CGTB, Nova Central, UGT, CTB, Intersindical e Conlutas foi marcada pelos balões gigantes com as siglas das centrais e pelas alegorias infláveis, a exemplo do boneco do Temer (levado pela Conlutas). A Força sindical procurou tingir de laranja (camisetas, coletes e bonés) o local da manifestação. O que se repetiu com a CUT, com as camisetas vermelhas e bonés. A CTB, com o amarelo da central. A UGT, com as camisetas branco e preta.

Antes do ato, no carro de som, os presidentes de sindicatos puderam usar a tribuna. O “ato oficial” foi aberto com o hino nacional e depois falaram as centrais. A Intersindical iniciou com o discurso do dirigente Índio, que denunciou o golpe e as medidas contra os trabalhadores, usando a expressão “Temer tire as patas sujas da CLT e dos direitos”. Criticou o presidente da Fiesp, Skaf, e defendeu a distribuição de renda, a reforma política e a democracia, como de acordo com a política do PSOL. Fez o chamado à unidade e encerrou com a frase “Não passarão”. Em seguida, houve o pronunciamento da Conlutas, que se dividiu entre a intervenção do Mancha e de Atnágoras. Iniciou saudando o ato unitário, informando dos atos na porta da GM em São José dos Campos e ressaltando que é preciso dar uma resposta ao desemprego. Defendeu a redução da jornada, sem redução do salário. Concluiu que é necessário organizar a greve geral para derrotar o governo corrupto que se prepara para retirar os direitos dos trabalhadores. A CGTB disse que o povo brasileiro vive um novo momento. E que Temer mostrou que não tem compromisso com o povo. Encerrou levantando a palavra de ordem “1, 2, 3, 4, 5 mil se mexer nos direitos vamos parar o Brasil”. A Nova Central procurou fazer um paralelo entre o apoio da Fiesp ao golpe militar de 1964 e o apoio que vem dando ao governo Temer. A UGT interveio dizendo que, nas eleições municipais, os trabalhadores têm de eleger seus representantes e para isso é preciso do “voto consciente”. A CTB dividiu a intervenção entre Onofre e o presidente da central. Enfatizou que Temer não foi eleito pelo povo, que o Congresso Nacional é conservador e, assim, os trabalhadores estão sob intensa ameaça de perder seus direitos. A Força sindical por meio do sindicato metalúrgico de São Paulo elogiou a unidade, dizendo que isso é que vai fazer a diferença e que esse ato era apenas um esquenta. Disse que Temer não teve coragem de taxar os ricos e que os trabalhadores não podem deixar que o governo retire direitos. Falaram, pela CUT, o secretário

do sindicato metalúrgico do ABC, que denunciou as demissões e informou da assembleia dos operários da Mercedes, que ocorreria no dia seguinte. E o presidente do sindicato, ao mesmo tempo em que se referia à greve geral, defendia o PPE como uma conquista e que a Renovação da Frota deveria ser também.

Apesar das colocações dos dirigentes da Força Sindical de que no ato havia posições políticas diferentes em relação ao governo Temer, procuraram enfatizar que o que unificava as centrais era a não retirada de direitos. Daí a unidade no discurso contra as reformas trabalhista e previdenciária. Não faltaram eleitoralismo, demagogia e o desfile dos aparatos das centrais. É sintomático que, poucos dias antes do Senado concluir o impeachment de Dilma Rousseff, as centrais governistas (CUT, CTB) e as golpistas (Força Sindical, UGT) fizessem uma manifestação conjunta em “defesa dos direitos”. O governo de Temer, em pouco tempo, definiu uma política econômica de ataque profundo à economia nacional e aos explorados. Está claro que as demissões continuarão, bem como a alta do custo de vida e o rebaixamento salarial. A burocracia sindical cutista, de um lado, tem de adaptar sua política de colaboração de classes à nova situação. De outro, a burocracia forcionista tem de obter no novo governo o lugar de interlocutor das pressões da classe operária. Ambas frações dominantes no aparato sindical cumprem a mesma função, que é a de bloquear a luta independente e unitária da classe operária e demais explorados. Mas cada uma expressa uma linha política, colocando-se mais à direita, ou mais à esquerda, da democracia burguesa. O discurso de que é possível a unidade em defesa dos direitos, independente de se defender ou se opor ao governo golpista de Temer, é uma fraude típica da burocracia.

Notamos que o ato do dia 16 serviu à Força Sindical para dizer a Temer: ajudamos você com o impeachment de Dilma. Agora, deve nos ajudar a controlar a classe operária que está sofrendo com as demissões, o desemprego e a alta do custo de vida. E que por isso pode se rebelar. Serviu à CUT para dizer a Temer: estamos conformados com o impeachment de Dilma. Agora, é preciso que você abra canais de negociações para nos ajudar a controlar o descontentamento dos operários do ABC, que se explodir contaminará o conjunto dos explorados. A referência à greve geral não passou de ameaça para alertar Temer da necessidade de não isolar as centrais sindicais, de forma que estas não tenham o que dizer à classe operária que perde direitos e tem seus empregos sacrificados pela crise capitalista. A Conlutas e Intersindical que poderiam destoar da espúria aliança entre a CUT e Força Sindical mostraram-se frágeis e encolhidas.

Sem dúvida seria um passo progressivo se as centrais se unissem de fato para defender um programa de reivindicações dos explorados e se dispusessem a mobilizar desde as fábricas. Se se colocassem por uma frente única sindical que organizasse o movimento nacional para derrubar todas as medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista.

O POR convocou o ato e interveio com o Manifesto abaixo publicado.

Declaração do Partido Operário Revolucionário

Tarefa do momento

O processo do impeachment de Dilma Rousseff está chegando ao fim. Michel Temer, desde o primeiro dia na presidência, passou a agir como autoridade máxima definitiva. Contou com o apoio da burguesia e da quase totalidade dos partidos. Apesar das críticas externas, os governos das potências aceitaram de bom grado a constituição do novo governo. Na América Latina, foram poucas as vozes que se pronunciaram em defesa de Dilma Rousseff. Contribuiu para o avanço e confirmação do golpe o fato do PT e de seus aliados se mostrarem incapazes de levantar a classe operária. A resistência condicionada ao resultado da votação no Congresso Nacional acabou por servir ao propósito, ao método e ao caminho traçado pelas forças golpistas.

O impeachment será concluído como resultado de um processo constitucional, legal e juridicamente perfeito de acordo com o “Estado de Direito”. Evidentemente, essa máscara institucional não ocultou o fundamental que caracteriza o golpe: a minoria burguesa cassou o voto de milhões que elegeram Dilma Rousseff; e o impeachment se revelou um instrumento autoritário oposto ao princípio democrático de revogabilidade do mandato por aqueles que votaram e elegeram a presidente da República.

A decisão oligárquica de derrubar o governo eleito pela via institucional, no entanto, teve a seu favor a própria política do PT, profundamente imersa na política burguesa oligárquica. Sem poder se apoiar nas massas e sem o amparo de setores capitalistas, Dilma Rousseff não teve como usar de suas atribuições institucionais para desviar o movimento golpista e esvaziá-lo de suas forças sociais. O PT e aliados, com o concurso da CUT, CTB, MST, MTST e UNE, se limitaram a denunciar o golpe e a pressionar em vão o Congresso Nacional. A adaptação da resistência aos limites da instituição do golpe – o impeachment – facilitou o afastamento de Dilma Rousseff e constituição de um governo nascido do golpe de Estado antes mesmo de se ter a decisão final.

Uma vez no poder, Michel Temer organizou um governo que assumiu de fato as rédeas do País, passou a tomar decisões estratégicas e assim confirmou o triunfo do golpe. Parte das medidas de política econômica formulada pelo governo Temer havia sido estabelecida pelo governo de Dilma Rousseff. O que mostra que o golpe não promoveu uma ruptura total com as diretrizes do governo deposto, uma vez que esse havia assumido a necessidade do capital em garantir o pagamento da dívida pública e a consequente linha do “ajuste fiscal”.

Os governos petistas tiveram como base de apoio a CUT, CTB, MST e UNE. Nesses treze anos, consolidou-se o sindicalismo de colaboração de classes. Proliferaram-se as centrais sindicais, expressão do divisionismo burocrático. Avançou a estatização das organizações sindicais e movimentos, que passaram a depender mais diretamente da política governamental. O comprometimento das direções sindicais com o governismo e o fortalecimento político da casta burocrática foram decisivos para que o golpe ocorresse sem uma ampla resposta do movimento operário, camponês e popular. Os explorados não contaram com uma política independente, classista e revolucionária. Não tiveram como se levantar em defesa de reivindicações próprias. O movimento golpista se apoiou tranquilamente na classe média alta. Contou com a passividade da

maioria oprimida, que não viu por que defender o governo petista, que se mostrou desorganizada e profundamente despolitizada. Também nesse aspecto o triunfo do golpe não implicou uma ruptura na política de conciliação de classes.

As denúncias de que havia uma conspiração da oposição para derrubar o governo e as manifestações de apoio a Dilma Rousseff ocorreram nos marcos da defesa das instituições burguesas. Instituições que serviam ao movimento da direita burguesa e acobertavam o real conteúdo do golpe de Estado. O proletariado destituído de uma direção à altura dos acontecimentos não teve como combater o golpe no terreno próprio da luta de classes, com suas reivindicações, com sua estratégia de poder e com sua política.

O governo usurpador surgiu da profunda crise econômica e política sem vínculos com as massas. Desde o início, apoiou-se inteiramente na burguesia e camadas minoritárias da classe média alta. Teve de apresentar imediatamente um conjunto de medidas de defesa do capital financeiro e de ataque à vida das massas. Nas condições de recessão, inflação, desemprego e carestia em alta, o governo golpista tem sido beneficiado pela desorganização dos explorados, pelo corporativismo dos movimentos organizados e pelo burocratismo que impera nas organizações sindicais. O gigantesco bloqueio à luta dos oprimidos em nível nacional montado sob os governos petistas permaneceu e permanece diante do governo antinacional e antipopular originado do golpe de Estado.

A classe operária e os demais explorados terão de se chocar não apenas com o governo que os ataca, mas também com o dique montado pelo reformismo petista. Há que explicar insistentemente que o golpe foi gestado no seio do próprio governo de Dilma Rousseff e em meio aos impasses de sua política burguesa. A burocracia sindical, os sindicatos desfigurados e as centrais estatizadas são parte desse mesmo fenômeno político e histórico.

Distintamente do golpe militar que se impôs intervindo nas organizações dos explorados, ao ponto de destruir fisicamente uma parcela das direções classistas e revolucionárias, o golpe institucional necessita da política de colaboração de classes imperante. Não por acaso, a Força Sindical e os aliados participaram ativamente do golpe. E, não por acaso, a CUT opositora se manteve em pé, podendo continuar como interlocutora. Neste momento, tendo em vista que o impeachment é irreversível, o PT deu sinal de aceitação do golpe consumado. O apoio à eleição de Rodrigo Maia para a presidência da Câmara Federal é a demonstração de que já não se distingue quem está no campo do golpismo. A ida do presidente do sindicato metalúrgico do ABC (CUT), em companhia do presidente do sindicato metalúrgico de São Paulo (Força Sindical), ao encontro do ministro do Trabalho é um sinal de que já não importa a qualificação de “governo ilegítimo”.

O PT e sua burocracia sindical já têm como certo que terão de conviver com o governo usurpador enquanto a burguesia o apoiar. Os reformistas e burocratas colaboracionistas sempre se guiam pelo movimento que se dá no seio da classe capitalista. Se a frente burguesa que apoiou a derrubada de Dilma Rousseff se mantiver firme em torno da política de Michel Temer, os petistas e burocratas farão uma oposição limitada. O seu horizonte é a eleição de

2018. Se a crise econômica permanecer e as massas se levantarem contra os ataques do governo, agirão prontamente para canalizá-las ao conduto da política de colaboração de classes.

É bem provável que no percurso do governo golpista se manifestem essas duas variantes. A luta pela independência de classe dos explorados e por sua organização classista emergirá dessa situação. A burguesia está prevendo um fôlego no ano de 2017, o que não é garantido. De qualquer forma, não há outra via para os capitalistas e seu governo a não ser ir fundo no ataque à vida dos explorados. O PT e a burocracia sindical continuarão a ter um importante papel de apoio à política burguesa de estabilidade e contenção da luta de classes.

A derrocada do governo petista e a edificação do governo golpista não rompem por si mesmo as ilusões democrático-burguesas. É o que já se evidencia com a bandeira de eleições gerais, tendo por complemento “Fora Temer”. Se o governo se firmar, essa bandeira perderá o sentido, uma vez que depende dos interesses políticos da burguesia. Está claro que não faz parte da estratégia de poder do proletariado.

O fim da “interinidade” de Temer porá às claras definitivamente que o PT e sua burocracia sindical se mostraram incapazes de combater o movimento golpista e capitularam. O proletariado disperso, porém, não está em condições de lutar diretamente pelo poder e pôr abaixo o governo golpista. Está aí por que a bandeira de “Fora Temer” e de “eleições gerais” serve tão somente à disputa

Rio Grande do Norte

ATO “UNIFICADO” DIA 16 DE AGOSTO: CENTRAIS SINDICAIS NÃO CONSEGUEM COLOCAR TRABALHADORES NAS RUAS.

No RN, a preparação do ato dia 16 de agosto contou com plenárias antecipadas com a participação da CUT, CTB, Força Sindical, Intersindical e Conlutas, além da presença de algumas poucas direções de sindicatos, MST e MLB. Como expressão da unidade a mesa foi composta pelas centrais e movimentos populares. O POR participou da plenária juntamente com representação de estudantes que estão construindo o movimento estudantil independente.

Nas intervenções, os dirigentes sindicais e militantes dos partidos saudavam a mesa destacando a importância da unidade contra o governo de Temer. O POR fez intervenção afirmando que a unidade não poderia se expressar na composição da mesa ou juntando todas as entidades, mas que deveria haver disposição da construção de organismos de luta que ultrapassassem a manifestação do dia 16. Para isso, a tarefa de construir a luta em defesa do emprego, salário e direitos não poderia ficar nas plenárias de dirigentes e militantes. Se não construíssemos nos locais de trabalho e estudo, nas fábricas, nos bairros e no campo uma plataforma de luta em defesa do emprego, salário e direitos, nossas

ações seriam limitadas, o que fragiliza o enfrentamento com governos e patrões. Os burocratas sindicais, como bons burocratas, alegaram logo estrutura, condições financeiras, etc. para ter muita gente na rua.

Dia 16 no RN foi expressão da crise de direção no movimento

Comprovadamente a CUT, como maior central sindical, não colocou operários, funcionalismo e demais trabalhadores na rua. Centrais como Força Sindical e CTB também compareceram ao ato apenas com seus dirigentes. Foi visível a ausência do MST tendo destaque uma parcela de trabalhadores do MLB, organizados pelo PCR e capitaneada pela política do petismo.

Por que não combatemos os governos numa frente única sindical?

Os trabalhadores no RN estão diante de uma crise instalada no estado. Os índices de desemprego só têm aumentado no último período. O RN é o quarto do Nordeste com mais desempregados, chegando a 13,5%, ou seja, 206 mil pessoas desocupadas. A saúde vem fechando suas portas literalmente, a exemplo do maior hospital do estado Walfredo Gurgel, que paralisa

interburguesa e à política pequeno-burguesa no pós-impeachment. Não se trata da luta democrática dos explorados contra o governo antinacional e antipopular, mas de uma manobra dos derrotados e da esquerda eleitoreira.

A tarefa da situação consiste em responder às medidas de ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários que atingem grande parte da população; responder ao ataque em particular ao funcionalismo público; responder à onda de demissões e ao aumento do desemprego; responder à alta do custo de vida; responder à ofensiva repressiva que vem se expressando na aplicação da Lei Antiterrorismo; responder à prisão de líderes camponeses e aos assassinatos no campo.

Não pode haver dúvida de que o golpe serviu para estabelecer um novo realinhamento das forças burguesas no Estado em função da crise do endividamento público impagável e que serve ao brutal parasitismo do capital financeiro. A tarefa é a de vincular o conjunto de reivindicações dos explorados à bandeira de não pagamento da dívida parasitária; nenhum real de juros aos banqueiros; estatização do sistema financeiro e do grande capital, sem indenização e sob o controle operário, como ponto de partida de defesa da economia nacional, da vida dos explorados e da superação da crise capitalista que devasta o País.

A tarefa é a de pôr em pé um movimento da maioria explorada para enfrentar com o programa e os métodos da classe operária o governo golpista, antinacional e antipopular.

suas atividades por falta de médicos e pagamento de pessoal. Na educação, escolas chegam a desabar em pleno horário de funcionamento por falta de manutenção e reforma, todo funcionalismo tem recebido seus salários atrasados desde janeiro, e o governo recentemente aplicou um golpe ao funcionalismo aprovando o direito de gastar o dinheiro do fundo previdenciário, que na prática já vinha sendo usado há vários meses. A juventude vem sendo exterminada nos bairros de periferia, só este ano até o mês de junho 110 jovens já foram exterminados.

Nas fábricas e no comércio crescem as demissões. As medidas para conter a crise implementadas pelos patrões foi o fechamento de postos de trabalho.

Além de tudo isso, estamos convivendo com as Forças Armadas nas ruas com o falso argumento de conter a violência no estado. Estas têm servido exclusivamente para proteger as empresas de ônibus, shoppings e bancos. Além de se concentrarem no aeroporto, e nas principais vias de turistas.

Frente a esta crise, qual tem sido a resposta dos movimentos? Essa resposta foi expressa no movimento do dia 16, que ser-

viu para alavancar as candidaturas do PT, PSTU e PSOL. Figuras que se apresentavam como superiores aos que estavam no movimento. Essa via não serve para combater os governos. A unidade era falsa, nenhuma disposição de construir de fato um movimento combativo. Na prática, desde a CUT à CSP-Conlutas não mobilizaram e,

portanto, a luta só se imporá a partir de um grande movimento de base que obrigue suas direções eleitoreiras a virem para as ruas e construam suas pautas unificadas.

O POR atuou no ato com sua militância e o movimento estudantil que antecipadamente construiu a participação elaborando

cartazes, discutindo as bandeiras a serem defendidas e o combate às medidas do governo golpista de Temer e Robinson de Faria. Nossa tarefa continua cada dia mais urgente a de construir os comitês de luta e resistência nos bairros, locais de estudo, no campo e nas fábricas defendendo emprego, salário e garantia de direitos.

Carta de Dilma

A classe operária deve condenar e rechaçar a Mensagem de Dilma Rousseff

Depois de lenga-lenga, a carta de Dilma Rousseff, prometida para o dia 10 de agosto, saiu no dia 16. O lenga-lenga se deveu, ao que tudo indica, às negociações em torno dos termos. Lula e alguns senadores que discutiram com Dilma pretendiam que não houvesse referência ao golpe. Membros da direção nacional do PT refutaram a defesa de um plebiscito para decidir sobre a convocação de eleições antecipadas. Segundo informação, Dilma ouviu conselho do senador Cristovam Buarque, na esperança de que este votasse contra o prosseguimento do impeachment, de forma que o seu pronunciamento foi motivo de negociações.

A leitura e divulgação da Mensagem da Presidenta Dilma ao Senado e ao Povo Brasileiro, finalmente, ocorreu sem que tivesse qualquer importância política.

A decisão dos senadores, prevista para dentro de poucos dias, será a de mandar Dilma para casa. Encerrar-se-á o meloso golpe de Estado e a deprimente capitulação do PT e de Dilma Rousseff. A carta sequer é um último espremeio de quem quer sobreviver. É a carta de um defunto que anseia o enterro.

Trata-se de um morto que se acha no dever de deixar um testamento de sua inocência e de suas convicções democráticas. Evidentemente, é uma carta de alguém que se agarra na esperança de que em algum dia a história lhe faça a devida justiça. De nossa parte, vemos estampada a submissão e a covardia.

Dilma falsifica

A Mensagem deixa impresso o quanto a petistas aguardou a decapitação final do corpo letárgico. Referiu-se ao golpe, mas com aveludada falsificação. Dirigindo-se ao Senado golpista, diz: “Quem afasta o Presidente pelo ‘conjunto da obra’ é o povo e, só o povo, nas eleições. Por isso, afirmamos que, se consumado o impeachment sem crime de responsabilidade, teríamos um golpe de estado. O colégio eleitoral de 110 milhões de eleitores seria substituído, sem a devida sustentação constitucional, por um colégio de 81 senadores. Seria um inequívoco golpe seguido de eleições indiretas.”

De fato, o golpe foi desfechado quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, encaminhou o pedido de impeachment e quando foi aprovado pelos deputados federais. Um colégio de 513 deputados e 367 deles se colocaram pelo golpe no dia 17 de abril. O Senado apenas o formalizará.

O impeachment é em si um instrumento autoritário que substitui o princípio democrático da revogabilidade do mandato apenas por aqueles que elegeram o representante. O processo legislativo para provar se houve ou não crime de responsabilidade é a apenas o aspecto jurídico do golpe. Não é necessário a confirmação do Se-

nado para se ter o golpe. O afastamento de Dilma da presidência a partir da decisão de 55 senadores, no dia 12 de maio, por 180 dias, foi mais um capítulo do golpe. Observa-se, portanto, que a aceitação do PT, dos aliados e do governo de se submeterem ao processo de impeachment resultou na admissão do golpe.

O governo-defunto ainda acena com o lenço branco aos golpistas uma reconciliação. Para dissuadir os senadores de confirmar o golpe, Dilma entende “que a solução para a crise política e econômica que enfrentamos passa pelo voto popular em eleições diretas.” E conclui que a “democracia é o único caminho para a construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social.” O pacto aventado desde a cripta deve ter provocado risos e comentários jocosos dos golpistas, que demonstraram como é que se enxota um governo eleito justamente por meio da democracia. Enfim, a Constituição, as instituições do Estado e o processo legislativo convergiram como um todo para impor o impeachment.

Dilma quer voltar de onde foi expulsa não para governar, mas para convocar eleições antecipadas. Para essa façanha democrática, compromete-se com um “Plebiscito”. Se o Senado disser não ao impeachment, Dilma chamará a população a decidir se quer não apenas eleições antecipadas como também a famosa “reforma política”. A petista defenestrada do poder promete que se empenhará em realizar uma reforma política que estabelecerá “um novo quadro institucional”, reduzirá o “número excessivo de partidos”, erradicará as “práticas políticas questionáveis”, moralizará “o financiamento das campanhas eleitorais”, fortalecerá “a fidelidade partidária” e dará “mais poderes aos eleitores”. O defunto que, quando vivo, governou o País por quatro anos não se aventurou a tal empreitada, cujo resultado não seria outro senão fortalecer a democracia burguesa como instrumento da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada.

Dilma estende a mão aos seus algozes, propondo a “pacificação do País”. Quer o “desarmamento dos espíritos e o arrefecimento das paixões”. Advoga o pacto para superar “todo e qualquer sentimento de desunião”. Mostra sua fé “no amplo diálogo entre todas as forças vivas da Nação Brasileira” e a consciência de que o que os une “é o Brasil”. Jura lealdade à “Constituição Cidadã de 1988” e promete insistir no lema “nenhum direito a menos”. Basta esse rol declarativo para se ver o quanto os petistas se afundaram no lamaçal da política burguesa.

A “Mensagem da Presidenta Dilma” não teve o objetivo de modificar o voto dos senadores. Depois de o plenário do Senado aprovar por 59 votos o julgamento final do impeachment, a sombra de esperança que restava aos petistas se esfumou. É bem provável

que a demora em lançar o que se chamou carta de Dilma foi a indecisão em torno do que poderia acontecer. Ainda pairava a esperança em algumas cabeças governistas. A sua divulgação quando imperava a atmosfera da desesperança deu ares de um suspiro quixotesco de quem foi derrubado do poder, sem pena, nem glória.

No entanto, a Mensagem tem seu mérito histórico. Expõe sem atenuantes a covardia política, produto da submissão dos petistas às forças do Estado e da sua decomposição no seio da política burguesa. Deixa impresso em grandes letras a tentativa de mostrar à classe capitalista que o PT e seu governo sempre trabalharam pela subjugação do trabalho ao capital. E que a democracia deve ser preservada justamente para perpetuar a relação de dominação de classe. Confessa às forças vivas da burguesia que o bem maior a ser preservado não é propriamente o governo, mas a união. Evitar o impeachment é pacificar a Nação. É desfazer o sentimento de desunião entre o PT e os demais partidos, entre os partidários do impeachment e os defensores do governo. Dilma sai francamente em defesa da estratégia burguesa de contenção da crise. Faz uma breve concessão retórica à burocracia sindical mencionando o lema de “nenhum direito a menos”. Não se roga em falsear e mentir para deixar transparente seu desejo ardente de continuar servindo à burguesia.

A Mensagem da Presidenta Dilma não é testamento de quem está sendo injuriada e injustiçada sob a acusação infundada de ter violado a Lei de Responsabilidade Fiscal. É um testamento de quem se sente injustiçada porque serviu integralmente à democracia e aos interesses gerais da classe capitalista.

A posição política que está por detrás da Mensagem é a de que o PT nada fará contra a “pacificação do País”. O impeachment é inevitável. Michel Temer já se apoderou da presidência. O Congresso Nacional está pela solidificação do golpe. O Supremo Tribunal Fede-

ral concluiu presidindo o julgamento final no Senado. A burguesia está unida em torno do governo. Somente resta ao PT pensar em seu futuro. Para se preservar, deve continuar a ser um bom serviçal da burguesia.

A crise econômica persistirá por algum tempo. E o problema fundamental no pós-impeachment é o de evitar que a classe operária, os camponeses pobres, as camadas sofridas da classe média urbana e a juventude oprimida se levantem contra o governo e a política de “pacificação” do PT. Nesse momento, a burocracia sindical petista se vê diante da tarefa de impedir que o descontentamento dos metalúrgicos diante das demissões na Mercedes Benz se transforme em revolta amanhã. A política de colaboração de classes depende do que faz o governo e do que necessita o patronato do Estado. A ida do presidente do sindicato metalúrgico do ABC ao encontro do ministro do Trabalho do governo golpista foi um primeiro sinal de que o impeachment é água passada. A fraude dos atos do dia nacional de luta do dia 16 revelou prematuramente o compromisso da CUT e da Força Sindical em procurar abrir canais de negociações com o governo usurpador.

Rechaçamos a política de colaboração de classes do PT. Combateremos as direções sindicais que servem à burguesia. Denunciamos as manobras que servem à consolidação do golpe. Trabalhamos pela organização do movimento independente da classe operária diante da política burguesa. Lutamos pela constituição de uma frente única dos explorados sobre a base de um plano de reivindicações próprias.

Rasgamos e pisamos na Mensagem de Dilma Rousseff! Abaixo o Pacto de Unidade Nacional! Lutemos nas ruas contra o governo golpista de Temer!

PL 257 É APROVADO NA CÂMARA

Foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, na madrugada do dia 10 de agosto, o Projeto de Lei Complementar 257/2016, de autoria da presidente Dilma Rousseff, portanto, antes de seu afastamento (foi enviado à Câmara em março). O texto que foi à votação, no entanto, não foi o original, e sim um substitutivo proposto pelo deputado Espiridião Amin (PP-SC). Apesar de aprovado, restam ainda alguns destaques a serem apreciados pelo Plenário, visto que a sessão de votação teve de ser adiada por falta de quórum. Vencida essa etapa, o projeto terá de passar pelo Senado.

Seu conteúdo trata da renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União, alongando prazos (que serão de 30 anos, contados do contrato original), sendo exigidas várias contrapartidas que, na prática, resultam em profundos ataques ao funcionalismo.

Entre o texto original e o substitutivo existem algumas diferenças consideráveis. O primeiro atacava o funcionalismo de forma mais explícita. Exigia o aumento da contribuição previdenciária do trabalhador de 11% para 14%; impedia a criação de novos cargos e congelava salários por 2 anos; propunha a criação de sistemas complementares de Previdência, entre outras ações de contenção de despesas.

O substitutivo retira todos esses itens. Contudo, os estados que aderirem ao acordo terão obedecer a uma limitação dos gastos, de maneira que não poderão ultrapassar o aplicado no ano anterior, mais a variação da inflação. Na prática, com essa redação, o substitutivo

resultará em justificativa aos governadores para não concederem reajustes, não ampliarem os investimentos na Educação, Saúde e outros setores, perpetuando a precarização.

O fato de haver diferenças entre a proposta inicial e o substitutivo acabou gerando polêmica entre os deputados. Antônio Imbassahy (PSDB-BA) ironizou os petistas, afirmando que a versão petista era bem mais rígida do que a redação dada por Amin, fruto de negociação na base governista (ou seja, entre os golpistas). A liderança do PT na Câmara se limitou a dizer que seu partido já havia proposto retirar os pontos criticados por Imbassahy. Efetivamente, petistas votaram juntos com a bancada do PSOL e do PCdoB contra o PL 257.

Na verdade, trata-se do roto falando do maltrapilho. Expressam frações distintas da burguesia: o PSDB atua como legítimo representante da classe capitalista; o PT não é um partido orgânico da burguesia, mas se aburguesou durante a sua trajetória, resultado de sua política reformista. Há uma lei histórica por trás desse fenômeno, que é a inviabilidade histórica dos países semicoloniais superarem o atraso pela via das reformas. Pelo contrário, o capitalismo da Era imperialista corresponde a uma época de avanço da barbárie. É isso o que explica um projeto de lei tão danoso aos trabalhadores emergindo de um governo que se dizia “democrático e popular”.

Por outro lado, é preciso que se desnude a hipocrisia de Imbassahy. Afinal, a questão do teto nos investimentos não compareceu como um

raio em céu azul. Está presente em outro projeto, também nocivo aos trabalhadores, a PEC 241/16, do governo golpista de Temer. Governo que conta com o apoio do PSDB. Esta PEC passou pela Comissão de Constituição e Justiça e segue tramitando, com previsão de que seja apreciada pelo Plenário em breve. Também prevê congelamento de salários, veda a criação de cargos e impede a realização de concursos, entre outras coisas.

A afirmação pública do deputado tucano de que o governo Temer estaria “aberto ao diálogo” serve tão somente ao imperativo de se desviar da pecha de golpista. O intuito é transmitir a sensação de que é um governo legítimo e democrático, ao ponto de transigir e retirar pontos do projeto, contrastando com o projeto de origem, do PT, mais duro com os trabalhadores.

É evidente que o caráter relativamente mais brando do substitutivo nada tem a ver com a “benevolência” de Temer. O concreto é que se espera resistência à aplicação dos cortes, não só da parte dos servidores, mas também de setores da burguesia. Alguns políticos já se mostraram

Rio Grande do Norte

A VIOLÊNCIA NO RN É FRUTO DO CAPITALISMO – PARARAM OS ATAQUES MAS A VIOLÊNCIA CONTINUA.

Depois de quase dez dias de ataques violentos no RN, os sinais de sua diminuição são muito evidentes. No dia 12 (agosto), um jovem foi preso tentando queimar um ônibus. No dia 15, dois carros foram incendiados na zona leste de Natal. Os ataques estão diminuindo, mas a violência não.

De acordo com o Atlas da Violência do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 2016, divulgado em março, o Nordeste é a região do Brasil que registrou o maior crescimento de homicídios em uma década, de 2004 a 2014. O Rio Grande do Norte (RN) foi o estado que mais registrou crescimento na taxa de homicídios nesse período. A taxa de homicídio por 100 mil habitantes subiu 308% no RN e o número de assassinatos, 360%. Em 2004, foram 342 assassinatos, enquanto que em 2014, 1.576.

Das 20 cidades mais violentas no Brasil, três são do RN: Macaíba, Natal e Mossoró. Macaíba ficou em 5º lugar com 72 homicídios por 100 mil habitantes. Mossoró, em 9º, com 71 homicídios e Natal, em 16º, com 62 homicídios.

O Rio Grande do Norte é o quarto estado do Brasil mais violento com uma média de 42 homicídios por 100 mil habitantes. Fica atrás apenas de Alagoas (63), Ceará (53) e Sergipe (49).

A unidade das forças políticas e instituições burguesas para garantir a ordem

Os incêndios de ônibus implicaram a paralisação, ora total, ora parcial dos ônibus por cerca de uma semana. Temendo sair às ruas, grande parcela da população se manteve em casa. Com os ataques, o sindicato patronal dos transportes (SETURN) informou um prejuízo de cerca de 4 milhões de reais.

Diante de tal situação e da necessidade de retomar a ordem, as forças políticas e instituições burguesas se uniram. A partir do pedido do governador, o golpista Michel Temer (PMDB) disponibilizou um efetivo de 1200 militares do exército e marinha para reforçar o aparato repressivo do estado. Os atritos que apareciam entre o governador Robinson e Ministério Público e Judiciário teve uma trégua. Apareceram várias manifestações de apoio, vindos de juizes, servidores da Justiça Federal do RN, do Arcebispo de Natal, da Assembleia Legislativa, da FIERN e FECOMÉRCIO e de parlamentares, como a

críticos ao projeto. É o caso do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), que se colocou contra a proibição de aumentos a servidores, entendendo que se tratava de ingerência indevida sobre os estados. Apesar de responder aos interesses gerais da classe capitalista (particularmente em relação ao pagamento da dívida pública, honrando os compromissos com os banqueiros), é inevitável que o projeto provoque certos atritos com camadas específicas.

As burocracias sindicais, por seu turno, aplicaram a política de conciliação de classes, utilizando o mecanismo de lobby parlamentar, como se os deputados se movessem por argumentos. A Confetam (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal) chegou a estampar em seu site um relato de suas ações de “lobby” e “escracho parlamentar”, como se fossem essas intervenções que tivessem forçado a Câmara a um recuo. Os explorados, caso queiram se ver livres dos efeitos nocivos do PL 257 e da PEC 241, terão de se chocar com a política conciliatória de suas direções e combater nas ruas em favor da retirada dos projetos.

senadora Fátima Bezerra (PT), o deputado federal Rogério Marinho (PSDB), Fábio Faria (PSD). As vozes da burguesia e de seus representantes eram a mesma: “É preciso unir forças de todos os poderes [...] para colaborar e apresentar ações de combate à violência [...] retomar a ordem pública e a paz social”.

O governo Robinson (PSD/PCdoB), que estava encurralado diante do atraso do pagamento do funcionalismo e do repasse aos poderes, dos saques da previdência estadual, apareceu como o grande salvador da ordem e da paz e defensor da propriedade privada. Com a ajuda das várias forças burguesas, está conseguindo conter os ataques. Tais medidas têm contado com o apoio de parte da população. Não é à toa que, num período de 2 meses, a aprovação do governo aumentou em 9%, segundo o Instituto Seta. Porém, tudo indica que, com a incapacidade do governo burguês de resolver o problema da criminalidade, isso não dure muito tempo. Metido na situação difícil de ter de controlar os ataques, mas sem ter capacidade sozinho de conseguir, o governo se viu obrigado a clamar pela ajuda do exército. Apesar disso, quis parecer como se tudo já estivesse previsto em seus planos. O fato é que, apesar dos ataques terem praticamente cessado, a via de disciplinar as facções como solução para combater a criminalidade, inclusive com retaliações aos presidiários, é um prelúdio para o surgimento de novos conflitos devido ao acúmulo de contradições. Ainda por cima, o governo estadual se vê numa situação difícil de depender das forças armadas para manter o controle das facções, uma vez que deixar à disposição do governador cerca de 1200 homens do exército não é sustentável por muito tempo.

Tudo isso colocou à prova as diversas forças políticas burguesas, sob a pena de serem condenadas ao ostracismo caso não se mostrassem capazes ou dispostas a contribuir para a manutenção da ordem, como aconteceu com o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves (PDT). O capital político que Robinson conquistou o possibilitou criticar a passividade do prefeito diante da necessidade de somar forças. A resposta do prefeito de que “não havia sido convidado”, de que “as polícias militar e civil são ineficientes e que levaram um ‘totó’ da bandidagem” só fez piorar sua situação, passando a receber críticas não só de políticos e instituições burguesas, mas dos próprios sindicatos e associações de guardas e policiais. Diante da pressão, o prefeito foi obrigado a dar uma “demonstração de serviço”, colocando a guarda

municipal para acompanhar o trajeto dos ônibus da madrugada.

Ausência de uma política operária

O candidato a prefeito pelo PSOL, Robério Paulino, também quis se aproveitar do isolamento do prefeito Carlos Eduardo para criticá-lo por “não ter oferecido nenhum tipo de apoio ao governo do estado na crise da segurança pública” e por ter planejado mal a construção do presídio de Alcaçuz, o que tem facilitado a fuga dos presos.

Com essas críticas, Robério (PSOL) acaba fortalecendo a política do governador de militarização da crise social. Robério critica a atual política de segurança “baseada apenas na repressão”, e propõe como solução combinar medidas de repressão (aumento do policiamento, transferência de líderes de facções, bloqueadores de celular) com “políticas públicas na área social”. Pressionado pelo eleitoralismo, se vê forçado a atender a uma expectativa da população que tem apoiado as medidas do governo, e em seguida a oscilar para uma política reformista de políticas públicas, sem atacar a raiz do problema que são as relações capitalistas de produção. Propõe como uma das políticas a educação (em abstrato), escondendo que a educação, sob o capitalismo, não está livre das contradições desse sistema, além do mais a barbárie social se manifesta nas próprias escolas.

O PSTU não fez nenhum pronunciamento diferente do MAIS, que recentemente se constituiu como resultado de uma cisão. Em seu manifesto, o MAIS diz: “Condenamos veementemente as ações articuladas pelo crime organizado, que deixaram milhares de trabalhadores e suas famílias completamente reféns do medo, sem o direito de ir e vir, expostos nas filas dos ônibus ou presos em suas casas”.

Esse posicionamento converge com a política do Estado burguês. Não se distingue da propaganda dos governantes e das instituições burguesas para convencer a população de que a saída para a criminalidade é esmagá-la com todas as forças policiais e militares. De forma que oculta que o choque entre o crime organizado e o Estado resulta da desintegração do capitalismo e da barbárie social. A tarefa revolucionária não é a de apoiar a militarização dos conflitos sociais – a criminalidade crescente é uma manifestação deformada destes conflitos. Trata-se de levantar as reivindicações das massas contra a fome e a miséria, contra o desemprego, o subemprego e os baixos salários e assinalar o caminho da luta contra a exploração do trabalho em geral e pela revolução proletária.

Apesar de dizer que não concorda com a “militarização do Estado”, o MAIS não apresenta uma saída que rompa com o Estado policial. Como solução defende, dentre outras coisas, “que os governos priorizem recursos para a segurança, para o sistema prisional, para a geração de emprego e as áreas sociais” e uma “reforma do sistema prisional”. Assim, o MAIS desconhece o caráter de classe do governo, que é burguês, que conserva as reais causas da criminalidade. A defesa de uma reforma humanizadora do sistema prisional não apenas é um absurdo como uma adaptação à política burguesa.

Uma atitude marcante foi a do sindicato dos motoristas de ônibus (SINTRO), que com a posição corporativista de retornar os ônibus para a garagem, visando a proteger os motoristas, acabou convergindo com a posição da SETURN (sindicato patronal) de recolher os ônibus para conservar a frota, que era o real alvo dos ataques, além de fortalecer as posições do governo ao contribuir para criar um transtorno maior, dando mais argumentos para o Estado burguês ganhar a opinião da população de que a culpa de todo esse transtorno era a das facções nos presídios. Está aqui a prova cabal de que a política sindical corporativista se encontra com os interesses burgueses.

Combater o problema da criminalidade com a estratégia da classe operária

O Estado usa como pretexto o combate à criminalidade por meio do disciplinamento dos presídios e da repressão às facções para fortalecer o aparato repressivo. Ao mesmo tempo em que são canalizados os enormes recursos para o parasitismo das instituições e órgãos de repressão, em um estado tão atrasado e pobre como o RN, falta tudo para a saúde e educação, o funcionalismo, por sua vez, padece até mesmo de atrasos salariais. Com acontecimentos dramáticos como os dos ataques das facções criminosas, os governantes aproveitam para fortalecer ainda mais o parasitismo, gastando horrores com bloqueadores de celulares nos presídios, com destacamentos de homens armados, prisões, ferramentas jurídicas, etc. Tudo isso, de uma forma ou de outra, se volta contra os explorados quando lutam em defesa de suas condições de vida. Não se trata de defender os interesses das facções de controlar o crime organizado de dentro dos presídios, mas sim de se colocar contra toda medida que fortaleça o aparato repres-



sivo do Estado. Por isso, nada de gastar o dinheiro público com bloqueadores de celular nem de militares nas ruas! Pelo desmantelamento da polícia e pela constituição das milícias populares sob controle operário! Por tribunais populares para julgar a burguesia narcotraficante e o Estado burguês, verdadeiros mantenedores da barbárie.

Os explorados marginalizados da produção social sofrem as consequências das tendências desagregadoras do capitalismo. A

privação de liberdade, como forma que a burguesia encontra de conter os efeitos que ela mesma causa, é um estágio a mais na degradação das condições de vida dessa camada dos explorados. São diretamente vítimas das diversas formas da barbárie social, que nada mais é do que do que a expressão das tendências de destruição das forças produtivas que estão em choque com as relações de produção capitalistas. A opressão que sofrem, portanto, é de classe. A burguesia, classe dominante, encarna essas tendências desintegradoras e para ela a barbárie social é um mal inevitável, mas que tem de ser controlado. Por isso, seu Estado investe no fortalecimento das forças militares e dos presídios. Uma de suas frações, a narcotraficante, busca inclusive se aproveitar da condição degradante que vivem os marginalizados da produção social para recrutar uma parte para seus negócios ilegais.

As medidas de retaliação aos presos, longe de solucionar o problema da criminalidade e da crise nos presídios, só tendem a degradar ainda mais as condições de vida dos explorados marginalizados da produção social. Para acabar com a criminalidade, é preciso acabar com as causas sociais que a geram. É preciso organizar os explorados, principalmente a juventude, junto à classe operária, sob sua estratégia, numa luta independente pelas reivindicações que defendam de fato suas condições de existência e vá de encontro com a raiz da opressão de classe, que se encontra nas relações de produção capitalistas. Por isso, nada de retaliações aos presos! Pelo emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho) e salário mínimo vital! Pela união de trabalho e estudo, e a vinculação do ensino com a produção social! A luta pelas reivindicações que defendam de fato as condições de vida mostrará que a única saída é suprimir o Estado burguês (ditadura burguesa), por meio da Revolução Proletária, com a constituição do governo operário e camponês, a forma governamental que tem como conteúdo a ditadura do proletariado, única via capaz de acabar com a barbárie, a marginalização, a criminalidade etc.

Rondônia

RESPONDER COM LUTA O DRAMA DOS MORADORES DO BAIRRO TRIÂNGULO

Desde o ano de 2012, quando a Usina de Santo Antonio começou a acionar suas turbinas e começou a lucrar com a geração de energia, os moradores do bairro Triângulo sofrem os efeitos desastrosos da construção da hidrelétrica. Naquele momento, foram desabamentos de barreiras nos locais onde aconteceram a destruição das matas. Inúmeras casas foram atingidas, o que tem provado descontentamento da população, que procurou apoio no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Os governantes e as empresas justificam os desbarrancamentos à elevação das águas, nas épocas chuvosas, e aos bancos de areia, quando da estiagem. Livram, assim, da responsabilidade e de suas consequências. Quando não dá para esconder, como ocorreu em janeiro de 2012, transferem às pressas 175 famílias para hotéis da cidade. Tratam-se de ações paliativas, porque logo mais novos desbarrancamentos golpeiam os ribeirinhos.

A construção das usinas feriu de morte a natureza das florestas e dos rios da região. A ação dos capitalistas e a ganância pelos lucros provocaram um gigantesco desastre

ambiental. É o que não paramos de assistir nos últimos anos. Os rios seguiam seus cursos naturais. Os capitalistas alteraram. Ergueram os muros de cimento para impedir a fúria das águas represadas artificialmente. O resultado está aí: inundações, desbarrancamentos e outros “fenômenos naturais”.

O que ocorreu no bairro Triângulo, em Porto Velho, é consequência da destruição ambiental. As famílias narraram o desastroso desbarrancamento como um dos piores já vistos. Isso ocorreu exatamente na semana em que a imprensa exaltava os êxitos do empreendimento e comemorava a implantação da quadragésima quarta turbina. O pavor tomou conta dos explorados. Mais de 15 carretas, uma camionete e três motocicletas foram para dentro do rio. Falta água na cidade porque o desastre atingiu uma adutora da Companhia de Águas. Novamente, os capitalistas e o governo querem que a população acredite que se trata tão somente de “fenômenos naturais”. Correram atrás de falsos laudos periciais para se livrarem da responsabilidade.

Os ribeirinhos e demais explorados devem denunciar mais esse crime da burguesia. Se não bastassem a desgraça que foi imposta com a destruição de peixes, da flora e da fauna e a eliminação das condições de existência dos pequenos agricultores, querem que impere o silêncio. Querem que a responsabilidade seja atribuída à natureza e não aos capitalistas. Ao contrário, é nosso dever denunciar e responsabilizar os verdadeiros culpados. Exigir que indenizem todos os que foram atingidos pelas barragens do rio Madeira. Que se aposentem, com um salário que dê para manter suas famílias, todos os que são golpeados pela ação das empresas que ergueram as usinas.

Não podemos deixar de dizer que essa luta é contra a violenta exploração capitalista. E que se trata do combate à propriedade privada dos meios de produção e da defesa da propriedade social. Sob o capitalismo, imperará a destruição ambiental e a barbárie social. A unidade dos ribeirinhos e dos camponeses, sob a direção da classe operária, potenciará a luta de classes e permitirá defender o programa da revolução proletária.

Ceará

Golpe da direção da Apeoc põe fim à heroica greve do magistério estadual

A greve dos professores da rede estadual de ensino do Ceará, iniciou-se no dia 25 de abril e terminou em 9 de agosto depois de um golpe da burocracia sindical da APEOC (PT/PC do B), que tinha como objetivo colocar um fim no movimento e atender a exigência do governo do estado. Apesar da diretoria do sindicato ter articulado o apoio da SEDUC, das CREDES, de diretores e coordenadores de escolas, ainda assim não conseguiu ter maioria da assembleia. Dessa forma, o vendido presidente da APEOC, Anízio de Melo, teve de acabar com a greve, de forma grotesca, alegando que a minoria que votou pelo fim da greve venceu.

Fora 107 dias de greve com o enfrentamento de dois inimigos: o governo e a direção do sindicato. Em relação ao governo, enfrentou o reajuste zero, o sucateamento da escola pública, a truculência e repressão de Camilo Santana/PT. Com relação ao sindicato, teve de estar vigilante com as manobras da APEOC, que desde o início foi contra a greve e trabalhou todo o tempo para miná-la por dentro.

A pauta de reivindicações

A deflagração do movimento paredista dos professores, depois de 4 meses de enrolação entre o governo e o sindicato sem resultado, teve como pauta: 1) reajuste de 12,67% no VB e com retroativo a janeiro;

2) revogação imediata das portarias 1169 e outras; 3) Ampliação definitiva da carga horária de 100h para 200h; 4) efetivação dos direitos garantidos como estabilidade; 5) Progressão horizontal e vertical; 6) liberação dos processos de afastamento para mestrado e doutorado; 7) Implantação do plano de cargos, carreiras; 8) infraestruturas das escolas; 9) recurso para manutenção das escolas; 10) melhores condições de trabalho para os professores de contrato temporários.

O governo entra na justiça burguesa para barrar a luta

No segundo dia de greve, o governo Camilo entrou na justiça pedindo a ilegalidade da greve. Solicitou uma punição aos professores e ao Sindicato APEOC, com multas diárias de R\$ 5.000,00 por professor, e R\$ 15.000,00 para a entidade sindical. Mas, devido à disputa interburguesa no estado, a desembargadora Helena Lúcia negou o pedido do governador. Mas o governo estadual não desistiu e entrou novamente, no dia 06 de maio, com novo pedido. Daí a decisão do desembargador Durval Aires Filho, do TJCE, de conceder liminar favorável ao governo. O TJCE determinou a suspensão da greve e retorno dos professores às suas atividades em até 72 horas, sob pena de multa de R\$ 3 mil por dia de descumprimento. Mas, os professores não recuaram diante das penalidades da ilegalidade nem das ameaças.

ças de terrorismo do governo de cortar o ponto, de não regulamentar a ampliação da carga horária, de suspender a discussão sobre a descompressão da carreira e, por fim, de demitir professores de contrato temporário que permanecessem paralisados. Contra tudo isso, a greve resistiu.

Camilo Santana suspende contratos de professores temporários para demiti-los.

Quando a greve chegou aos 100 dias, a Secretaria de Educação começou a encerrar contratos de professores temporários como uma forma de retaliação aos grevistas. A posição da direção da APEOC diante desse ataque do governo foi de semicapitulação: entregou um ofício para reabertura da mesa de negociação (entre a pauta do rompimento do contrato dos professores temporários e uma nota de repúdio no site da entidade). Não convocou um ato ou manifestação na secretaria de educação ou sequer uma denúncia pública na imprensa burguesa. A manifestação dos professores no CREDE 1 (Maracanaú-região metropolitana de Fortaleza), foi independente da direção do sindicato, e fez a SEDUC a recuar nesse ataque.

Ocupações das escolas pelos estudantes

Pouco dias depois do início da greve dos professores no final de abril, os estudantes iniciaram as ocupações de escolas em vários municípios do estado. A direção da APEOC, porém, se negava a apoiar as ocupações, seja politicamente, seja materialmente. Mesmo assim, as ocupações estudantis, empregando o método da ação direta, se chocaram frontalmente com as direções de escolas e a Secretaria de Educação. O governador Camilo Santana, em maio, foi obrigado a anunciar um pacote de R\$ 140 milhões em investimentos na educação como infraestrutura das escolas, ações pedagógicas, aumento do valor da merenda nas escolas etc.

O grupo dos assim chamados “Convergentes”

No decorrer da luta, apareceu um pequeno grupo de professores chamados de convergentes que, se dizendo cansados pela demora da greve, começou a se inclinar pelo rebaixamento do índice já miserável, 12,67%, como uma sinalização ou mesmo garantia de que o governo iria atender. A burocracia da APEOC apoiou sabiamente neste grupo para fazer pressão contra a oposição e pela construção de uma nova proposta de reajuste a ser feita ao governo. Camilo ofereceu, a princípio, reajuste zero. Em seguida, passou a 2%. A pressão dos convergentes e do impasse levou certos setores da oposição (como o MAIS) a defender internamente a revisão para baixo dos 12,67% como forma de tentar o atendimento da reivindicação. A direção da APEOC queria um acordo com o governo a todo custo, mesmo sendo rebaixado. Mas desejava que a oposição apresentasse primeiro um índice rebaixado para que posasse de consequente. Seus planos foram por água abaixo, pois a Rede de Zonais, por meio da qual atuava a oposição, deixou em minoria os setores que queriam o rebaixamento do índice e esta ideia jamais foi apresentada em assembleias da categoria.

A primeira e única proposta miserável do governo

A greve fez o governador do estado recuar e sair da posição de reajuste zero para educação. Camilo passou a anunciar um investimento de 80 milhões para os salários dos professores. Depois de quase 90 dias de insistente combate da categoria, Camilo apresentou a sua primeira proposta. Na mesa de negociação entre a Seduc e a

direção do sindicato (sem a presença dos membros do comando de greve) anunciou: o governo propunha aumento na regência de classe para os graduados de 10% para 15% (ativos e aposentados), ou seja, 5% acrescido de um aumento de 50% na PVR (Parcela Variável de Redistribuição do FUNDEB). Para os especialistas, a regência subiria de 15% para 20% (ativos e aposentados); ou seja, 10%; mas sem acréscimo na PVR. Os mestres passariam de uma regência de 20% para 25% (ativos e aposentados), ou seja, 5% e igualmente sem aumento na PVR. Para os doutores a regência também seria reajustada em 5% indo de 40% para 45% (ativos e aposentados), ou seja, 5%; e tal como ou outros, sem nenhum acréscimo na PVR. Para os professores temporários o aumento seria de míseros 5% no vencimento base. Para os trabalhadores dos serviços burocráticos da SEDUC tais como orientadores e supervisores educacionais foi ofertado: criação de gratificação de 5% (ativos e aposentados). Além destes reajustes, foi feita a promessa da assinatura imediata do Decreto da Descompressão da Carreira com promoção especial para 5.000 professores especialistas do Nível I para Nível J, com impacto de 5% sobre vencimento base, fim do EMBARREIRAMENTO, promoções com e sem titulação. Anistia das faltas da paralisação nacional e greve. Publicação e pagamento imediato das ampliações definitivas, promoções e estabilidade. Os funcionários teriam regularização das distorções na remuneração dos servidores. Garantia dos compromissos assumidos na pauta pedagógica, administrativa e estrutural. Calendário de reposição de aulas negociado com o Sindicato, respeitando a autonomia das escolas e o início imediato de estudos para realização de um novo concurso para professor efetivo.

O governador petista mantém o ajuste fiscal do governo golpista de Temer/PMDB

A proposta do governo foi apresentada pela burocracia do sindicato como uma vitória. Expressava a manutenção do reajuste zero e ampliação da divisão salarial da nossa categoria. O governo ofereceu reajuste, mas apenas na regência de classe. Com essa proposta, o estado evitava o reajuste no vencimento básico e por conseguinte um aumento que repercutiria em todas as gratificações. Esta manobra do governo faz parte do ajuste fiscal do governo golpista de Temer/PMDB/PSDB/DEM, que obriga os estados a sacrificar o funcionalismo em proveito da garantia de pagamento de juros aos capitalistas rentistas.

Ações violentas da direção da APEOC/PT/PC do B contra estudantes e professores

Durante quase todas as assembleias da categoria tornaram-se quase que uma regra para a burocracia sindical da APEOC as agressões físicas, principalmente, aos estudantes e nas últimas assembleias também aos professores. A burocracia sindical cercava as assembleias de uma estrutura de seguranças particulares (bate-paus) prontos a agredir todos. A presença de estudantes era sempre proibida e o confronto com o movimento estudantil tornou-se uma constante, haja vista que os ocupantes das escolas desejavam assistir às assembleias docentes. A ordem do Sindicato APEOC, sem qualquer consulta ao plenário dos professores, foi de inclusive proibir a presença dos poucos professores de vanguarda da rede municipal que também costumavam assistir e apoiar a luta do magistério estadual. Assim, as proibições de acesso ao Ginásio Paulo Sarasate e da Parangaba, cada vez mais, terminavam em choques físicos entre professores/estudantes e os bate-paus da burocracia.

Posições das Correntes durante a greve

As correntes que atuam no magistério estadual são: PSOL, MAIS, PSTU, NOS, Crítica Radical e anarquistas (RECC e OLR) e POR. Uma integrante do PSOL durante uma mesa de negociação entre o governo e o comande de greve propôs o fim da greve se o estado readmitisse os PCA's nas escolas. Na primeira tentativa de ocupação da SEDUC, o MAIS (ainda integrante do PSTU) trabalhou pela não concretização da ocupação da Secretaria, e quando esta finalmente ocorreu por 5 dias, votou pela desocupação da secretaria da educação depois de uma audiência com o Secretário de Educação Idilvan Alencar, onde este se comprometia a apenas assegurar uma audiência de negociação e não retaliar os ocupantes da SEDUC. O Governo, nem é preciso dizer, aceitou de imediato a proposta, mal acreditando no que via. Lamentavelmente, com algumas exceções apenas, a maioria das correntes cantou a vitória da ocupação com estas duas insignificantes conquistas. O MAIS e o PSOL, juntos no período de julho nas reuniões da REDE de ZONAI, começaram a utilizar da mesma argumentação da direção da APEOC que escolas iriam voltar sem a decisão da assembleia e a greve não tinha mais forças para continuar. Propuseram o rebaixamento do índice de reajuste diante da intransigência do governo. O POR combateu essa capitulação argumentando que aceitar qualquer proposta menor que 12,67% é aceitar que os trabalhadores pagassem pela crise, como também aceitar o famigerado PL 257. Seria igualmente aceitar a inflação que corroía os nossos salários. Por fim acordou-se que as correntes que quisessem defender tal absurdo o fizessem sem falar em nome da oposição, mas em seu próprio nome. O MAIS começou a apresentar abertamente

Apeoesp

Reunião do Conselho de Representantes e V Conferência das Mulheres

Na reunião do Conselho de Representantes do dia 12 de agosto, a diretoria da Apeoesp trouxe convidados para discutir a conjuntura nacional. Compuseram a mesa a Confederação Metalúrgica da CUT, Intersindical, Conlutas, CTB, Apeoesp e, como convidado, o PCO. Depois da apresentação de cada debatedor, abriu-se a discussão para o plenário, cerca de 300 professores. Assinalamos aqui a odiosa discriminação contra o POR, em razão de sua posição de independência classista perante a política da burocracia sindical e do PT.

Havia uma unanimidade em torno da bandeira do "Fora Temer". Não por acaso, todos iniciaram com o grito: "Fora Temer". A Intersindical/PSOL destacou a onda reacionária que tomou conta do país e que é preciso reagir. Disse que o movimento sindical tem capacidade de luta para enfrentar os que assaltaram o poder. Defendeu a Frente Povo sem Medo e os atos contra o "governo golpista e ilegítimo". A CTB/PCdoB iniciou afirmando que o mundo vive uma transição política, daí as incertezas e perigos. Exemplificou com os acontecimentos reacionários da América Latina e no Brasil. Enfatizou o processo golpista com vista a maior submissão do Brasil aos Estados Unidos, ao sistema financeiro internacional e à agenda liberal. Concluiu chamando a unidade para enfrentar as medidas do governo e com a defesa de um plebiscito sobre as eleições gerais. O representante da CUT/PT disse que o golpe iniciou com a vitória de Dilma Rousseff. Os golpistas não aceitaram os avanços obtidos com os governos do PT, a exemplo dos recursos do pré-sal para a saúde e educação, a criação do banco dos Brics e as políticas sociais. O golpe foi a resposta contra as conquistas e

a defesa do recuo organizado com a suspensão da greve. Mas fora duramente criticado pelo POR, Crítica Radical e independentes, recusando depois para uma posição dúbia. O PSOL não teve coragem para defender abertamente a suspensão da greve. O que chamou atenção é que as estas correntes não levantaram essas posições em assembleias.

O NOS e os anarquistas diante empasse do reajuste concordaram no rebaixamento do índice de 12,67%. A primeira corrente levantou a defesa da efetivação dos professores de contrato temporários, apenas no início da greve vindo depois a abandoná-la. De forma tímida, começou a argumentar a perda de força da greve depois do aumento da repressão do governo. Já os anarquistas nem levantaram a efetivação durante a greve.

Nossa posição e avaliação

A Corrente Proletária na Educação/POR, fez sistematicamente a defesa do princípio de "PARA TRABALHO IGUAL, SALÁRIO E DIREITOS IGUAIS", a efetivação dos professores de contrato temporário, sem o concurso público, tempo de serviço e critérios, combateu na REDE de ZONAI, zonais e nas assembleias a ideia de rebaixamento do índice e a tática da burocracia e das Correntes da suspensão da greve. Trabalhou pela solidariedade e construção das ocupações estudantis. Era necessário para os professores quebrar a intransigência do governo com seu ajuste fiscal, por meio da radicalização da luta. Para isso, a categoria deveria e deve se armar com o programa revolucionário para superar a luta no marco sindical direcioná-la para além do sistema capitalista decadente.

direitos sociais. Procurou fazer mea culpa afirmando que houve erros, como as Medidas Provisórias 664 e 665. O governo vacilou e a direita aproveitou. Encerrou afirmando que só há um jeito de tirar um governo eleito, que são as eleições. A Conlutas/PSTU-MAIS mostrou que era necessário um terceiro campo, nem PT, nem Temer. A bandeira era a de Fora todos, eleições gerais. O PCO, que foi convidado como exceção e concessão porque se submeteu às posições do PT, ressaltou a pressão do imperialismo para destituir Dilma Rousseff. Mostrou que vivemos uma outra etapa do golpe. Criticou as posições de Ciro Gomes e de setores do PT e da esquerda que levantam a bandeira de eleições gerais, dizendo que isso significa aceitar o golpe. Concluiu dizendo que é preciso unidade com aqueles que querem lutar e não com os que aceitam o golpe.

Terminados os discursos, abriu-se a discussão para o plenário. O POR se posicionou criticando a política do PT de se apoiar nas instituições burguesas para defender Dilma Rousseff. Que o impeachment é um mecanismo da burguesia para destituir um governo eleito e, por isso, foi uma capitulação do PT devido ao fato de defender o impeachment como um instrumento da democracia e que o problema estaria em que a oposição o aplicava sem que houvesse crime de responsabilidade. Enfatizou que é necessário enfrentar o governo golpista, defendendo as reivindicações de emprego, salário e direitos com os métodos da luta de classes. Criticou, assim, a CUT por ter participado da reunião com o ministro do governo golpista e de ter aceitado o acordo da multinacional contra os operários da Volks. Essa política é a da con-

tinuidade da conciliação de classes. E que é preciso combatê-la para que a classe operária e demais oprimidos possam de fato enfrentar as medidas do governo golpista de Temer.

A intervenção do POR obrigou a CUT a responder. Paulo Cayres disse que os dirigentes sindicais são eleitos para representar os interesses dos trabalhadores. E, por isso, o sindicato foi até o governo para negociar, porque é isso o que desejam os trabalhadores. Em tom provador, Cayres desafiou: “o Brasil não é de esquerda. Não faça disputa entre a esquerda. Vá disputar com a direita”. Se não houvesse a intervenção do POR, o acordo seria geral. Todos estavam pelo “Fora Temer”, com algumas nuances em torno das eleições gerais e do plebiscito. Como não há direito de resposta, o debate se encerrou com a posição da burocracia cutista.

Vimos que o Conselho de Representantes da Apeoesp foi transformado em uma caixa de ressonância das posições reformistas e centristas, que agora parecem de mão dadas. O “Fora Temer” não tem por conteúdo a derrubada revolucionária do governo golpista. Serve de máscara à bandeira de convocação de novas eleições, que, caso se viabilizassem, arrastariam as massas para as urnas e, assim, reordenariam no Estado as forças políticas da burguesia. Não por acaso, a onda de demissões, a alta do custo de vida, a aplicação da lei antiterrorismo e os assassinatos no campo ficaram à margem dos discursos. Agora que o PT foi expulso do poder pelo impeachment, recorre-se à unidade da esquerda para subordiná-la às novas condições de colaboração de classes.

V Conferência das Mulheres

Após a reunião do CR, iniciou-se a Conferência de Mulheres, que trazia como tema: “As mulheres e a democracia”. Boa parte da militância da Apeoesp não compareceu. A burocracia repetiu o formato do CR, constituindo uma mesa de representantes das centrais, agora de mulheres, que fizeram colocações sobre o momento político. A única exceção era o presidente da CNTE. Assim, reproduziram-se os discursos contra o golpe e a defesa do “Fora Temer” e “eleições gerais”, acrescidos da estupidez de que o golpe foi um ato “machista” contra uma mulher. Lamentaram a conduta de Temer de eliminar a presença de mulheres nos ministérios. O PCdoB se enveredou para o eleitoralismo e colocou-se pela importância de reeleger Haddad. O PSOL saudou o tema da Conferência e disse que é preciso radicalizar a unidade na defesa da condição das mulheres. A representante do

PT, presidente do sindicato dos bancários, falou do retrocesso civilizatório que significou o golpe, principalmente para as mulheres. A presidente da Apeoesp expôs os já conhecidos dados sobre a violência que recai sobre as mulheres, usando o recurso do data-show. A UBES ficou nas generalidades e na bandeira do “Fora Temer”. A debatedora pela Conlutas se ateu a expor sua particular vida como travesti e ressaltou o papel das “LGBT” nas olimpíadas. Foi de uma miséria política sem precedentes.

Terminados os discursos dos convidados, não se abriu para o plenário. Assim, o POR não pôde defender suas resoluções, que já haviam sido distribuídas. A conferência terminou na sexta-feira com um coquetel, um acinte diante da situação política e das tarefas colocadas pelo movimento sindical. Além do boletim do POR, a Conlutas (Mulheres em Luta) divulgou uma nota, que trazia como título: “Basta da Cultura do Estupro!”, que levantava a bandeira de que era “preciso pôr para fora o Feliciano, mas também Temer e todos os reacionários e corruptos do Congresso, construir uma greve geral contra a cultura do estupro, o machismo e os ataques aos nossos direitos”. Um descalabro gera!

No sábado, a burocracia eliminou os grupos e realizou as plenárias para aprovar indicativamente suas propostas para o Congresso da Apeoesp, em novembro. Como não havia deliberação, a burocracia aceitou que propostas antagônicas ao feminismo burguês fossem incluídas. A exemplo de bandeiras levantadas pelo POR, como: “os preconceitos e obscurantismo religioso serão extintos com a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e construção da sociedade socialista; o primeiro passo da igualdade é o da integração das mulheres na produção social e libertação do trabalho familiar privado; a luta de homens e mulheres proletários pelo fim de toda violência que emana da opressão de classe elevará a consciência coletiva sobre a necessidade histórica da igualdade e emancipação da mulher”. Posições como estas se misturaram com “Fora Feliciano, Fora Temer, Fora Alckmin, não à corrupção no Congresso” e de “igualdade de gênero” e luta contra o “machismo”.

Como se vê, a Conferência não serviu para organizar os homens e as mulheres exploradas para enfrentar a política do governo golpista e a violência que recai sobre os explorados, particularmente sobre os jovens e mulheres negras.

Publicamos abaixo as resoluções apresentadas pelo POR

Resoluções da Corrente Proletária na Educação à V Conferência de Mulheres da Apeoesp

É necessário que esta Conferência discuta os fundamentos da sociedade de classes que conservam a inferioridade, subordinação e discriminação da mulher. As consequências são por demais conhecidas. Não falta reconhecimento de que as mulheres padecem de uma particular opressão, que, no entanto, tem suas raízes na opressão de classe. Os sindicatos e movimentos, via de regra, se limitam às particularidades e seus efeitos. Essa posição conduz ao erro de considerar possível solucionar a inferioridade da mulher e todo tipo de discriminação no âmbito do capitalismo. Está aí por que seu objetivo máximo é o de amenizar o tormento vivido pelas mulheres. O caminho para isso é o da ação parlamentar e das eleições. Os sindicatos e movimentos acabam, assim, sendo arrastados por

detrás dos partidos adaptados ao capitalismo e visceralmente eleitoreiros. Quando não negam, obscurecem que a real via de combate à desigualdade se dá pela luta de classes. Tal política inevitavelmente canaliza a luta coletiva dos explorados para as eleições e estrangula as reivindicações das mulheres no parlamento.

A Corrente Proletária/POR considera que as manifestações particulares de opressão sofrida pelas mulheres são tão somente parte das condições gerais de opressão de classe. Esse é o fundamento que sustenta as resoluções aqui defendidas.

Sobre a mulher e a democracia

Considerando,

a) Que a democracia é uma forma de regime polí-

- tico e de funcionamento do Estado burguês;
- b) Que, como tal, serve à dominação de classe da burguesia sobre a classe operária e os demais oprimidos;
- c) Que a característica fundamental da democracia burguesa no Brasil se expressa no predomínio oligárquico;
- d) Que se assenta nas relações capitalistas de produção e está, em última instância, condicionada pela grande propriedade privada dos meios de produção;
- e) Que o sistema eleitoral vigente é produto das condições do desenvolvimento histórico e do domínio de classe;
- f) que seu funcionamento é ditado pelo poder econômico;

- g) que os partidos que controlam o Congresso Nacional correspondem aos interesses exclusivos dos exploradores;
- h) que os demais poderes da democracia oligárquica estão a serviço de tais interesses;
- i) que, em síntese, a democracia burguesa é tão somente um regime histórico constituído para a minoria exercer sua ditadura de classe sobre a grande maioria oprimida;
- j) que, nesse momento, os partidos da democracia oligárquica acabam de derrubar o governo eleito;
- k) que o impeachment é um instrumento antidemocrático oposto ao princípio da revogabilidade do mandato do eleito por quem elegeu;
- l) que o golpe se gestou no seio das próprias instituições que conformam o “Estado de Direito” burguês-oligárquico;

Por todas essas considerações, a Conferência das Mulheres da Apeoesp entende e decide:

- 1) A igualdade e emancipação da mulher não serão resolvidas nos marcos da democracia burguesa;
- 2) A conquista de direitos transformados em lei serve para demonstrar que o Estado e a burguesia não podem cumpri-los integralmente e no que têm de fundamental;
- 3) A luta por reivindicações democráticas deve ser tomada como ponto de partida para impulsionar a luta pela real igualdade entre homens e mulheres, pelo fim de toda discriminação e pela emancipação definitiva da opressão de classe;
- 4) As reivindicações democráticas de proteção à mulher não devem estar desvinculadas das reivindicações econômicas e do objetivo estratégico de igualdade e emancipação;
- 5) As mulheres exploradas devem ser organizadas no movimento geral da classe operária e dos demais oprimidos;
- 6) Os sindicatos e movimentos devem rechaçar a utilização da situação opressiva vivida pela maioria das mulheres para fins eleitorais;
- 7) Devem lutar pelas reivindicações, desenvolvendo a unidade entre homens e mulheres explorados;
- 8) Devem se basear nos métodos de ação direta e na democracia operária;
- 9) Devem colocar claramente que somente com o fim do capitalismo e construção do socialismo terminará o longo processo histórico de opressão sobre as mulheres como produto das sociedades de classes.

Sobre a violência sofrida pela mulher

Considerando,

- a) que a violência sofrida pela mulher expressa a desigualdade e a subordinação perante o homem;
- b) que grande parte das agressões, dos estupros e dos assassinatos ocorre no seio familiar;
- c) que a desigualdade e subordinação da mulher refletem em geral a exploração e opressão de

- classe;
- d) que a mulher é discriminada como força de trabalho, que, como tal, se reproduz no seio da família;
- e) que os preconceitos e obscurantismos sociais, religiosos e culturais são reflexos da situação material que aprisiona a mulher à família;
- f) que tais discriminações ideológicas e comportamentais alimentam e fazem parte da violência cotidianamente sofrida pela mulher;
- g) que o Estado e sua democracia oligárquica continuam servindo ao obscurantismo religioso;
- h) que as mulheres continuam sofrendo com a violência estatal na forma de criminalização do aborto;
- i) que a mutilação e mortes em razão de abortos clandestinos é uma violência que deve ser equiparada às demais formas de violência física, mental e moral;
- j) que a lei mais avançada não inibe as mais diversas formas de violência contra a mulher;
- k) que as medidas de proteção amparadas pela lei são paliativas;
- l) que é preciso ir à raiz econômica e social de onde emana a estrutura familiar e toda forma de subordinação da mulher;
- m) que é imprescindível deixar claro que nos marcos das relações de produção e de classe da sociedade capitalista não é possível acabar com a violência que recai em particular sobre as mulheres;
- n) que as medidas coercitivas, educativas e culturais existentes e as defendidas pelo feminismo reformista não fazem senão expor as contradições insolúveis do capitalismo;
- o) que a violência sofrida pela mulher é parte da violência geral que emana do capitalismo em decomposição;
- p) que não se deve dissociar a violência que recai sobre a mulher da violência geral;

Por todas essas considerações, a Conferência das Mulheres da Apeoesp entende e decide:

- 1) a luta contra a violência sobre a mulher é parte da luta pela igualdade e emancipação;
- 2) é fundamental superar a condição histórica da mulher como escrava da família;
- 3) os preconceitos e obscurantismo religioso serão extintos com a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e construção da sociedade socialista;
- 4) o primeiro passo da igualdade é o da integração das mulheres na produção social e libertação do trabalho familiar privado;
- 5) o fim do controle do homem sobre as relações de produção baseada na propriedade privada e na exploração do trabalho por fim ao longo processo de subordinação da mulher como propriedade do homem;
- 6) a luta de homens e mulheres proletários pelo fim de toda violência que emana da opressão de classe elevará a consciência coletiva sobre a

necessidade histórica da igualdade e emancipação da mulher;

- 7) o movimento de igualdade e emancipação da mulher deve responsabilizar a burguesia e seu Estado pela brutal violência sofrida pela mulher;
- 8) a luta pela elevação das condições materiais e culturais das massas exploradas é um passo necessários para avançar o movimento contra a violência sobre a mulher e a violência em geral;
- 9) os sindicatos respondam aos milhares de casos individuais de violência com as reivindicações que opõem os explorados aos exploradores, à subordinação da mulher à economia privada da família, às discriminações legislativas, judiciais e policiais, à repressão ideológica e às pressões da religião.

Sobre a saúde da mulher, considerando:

- a) que as mulheres exploradas, pobres e miseráveis, padecem das precárias condições da saúde pública;
 - b) que a gravidez e a maternidade não são tratadas no capitalismo como função social;
 - c) que não há proteção à maternidade para mulher explorada;
 - d) que o aborto clandestino é um grave problema de saúde da mulher sem condições econômicas;
 - e) que as extremas dificuldades em cuidar dos filhos atingem o estado físico e mental de milhões de mulheres;
 - f) que o alcoolismo mutilam as mulheres, tanto quanto os homens;
 - g) que a prostituição resulta em graves danos à saúde físico-mental;
 - h) que a miséria e pobreza têm empurrado um número cada vez maior de mulheres para o tráfico de drogas e para o consumo;
 - i) que a dupla jornada sacrifica as forças físicas e mentais das mulheres exploradas;
 - j) que a violência sofrida na família se converte em um grande problema de saúde pública;
- Por todas essas razões, a Conferência das Mulheres da Apeoesp entende e aprova:
- 1) Que o Estado assuma integralmente o direito à mulher à saúde pública;
 - 2) Que a maternidade seja reconhecida como função social da humanidade;
 - 3) Que se coloque fim à dupla jornada, libertando a mulher da economia privada familiar;
 - 4) Que toda mulher seja incorporada à produção social, com um salário compatível às necessidades;
 - 5) Que a independência econômica da mulher é fundamental para a saúde físico-mental;
 - 6) Que o direito ao aborto seja reconhecido pelo Estado, que garanta todas as condições hospitalares e medicinais;
 - 7) Que o Estado construa creches, lavanderias e restaurantes públicos;
 - 8) Que a luta pela saúde físico-mental seja parte da luta pela igualdade e emancipação da mulher.

Movimento por uma Alternativa Socialista (MAIS)

Por que o PSTU foi cindido?

Já não bastasse a fragmentação das esquerdas e, em particular, daquelas que se reivindicam do trotskismo, temos mais um exemplo que reforça as tendências centrífugas. Chegamos à conclusão de que a divisão do PSTU e a constituição de uma nova organização não se justificam diante da necessidade da luta pela superação da crise de direção revolucionária que caracteriza nossa época.

Formação de tendências e de frações e a ocorrência de divisões e de fusões fazem parte do processo histórico de constituição dos partidos. Expressam as condições de um determinado momento, de uma etapa do desenvolvimento social, das relações e luta de classes. O movimento socialista está repleto desse fenômeno. Observa-se que nasceu dividido. Mas cada divisão (ou fusão) é inédita. Evidentemente, põe à luz experiências do passado. Constatam-se que as grandes divisões se deram entre o marxismo e as demais variantes do socialismo utópico, anarquista e reformista. Em todos os casos, as dissensões, os conflitos e as fraturas tiveram por base o programa e a concepção de partido.

O estudo e a assimilação dos grandes embates que resultaram em divisões, sem dúvida, são obrigatórios. Nota-se que as experiências do passado são tomadas como conhecimento que já não teriam vigência. É o que ocorre no recente caso da cisão do PSTU e criação do MAIS. Os dirigentes têm ciência dos grandes enfrentamentos no seio da socialdemocracia russa, que separou o marxismo leninista dos espontaneístas, revisionistas, semianarquistas e liquidacionistas. Têm ciência da cisão no seio da socialdemocracia internacional, que resultou na formação da III Internacional. E têm ciência da cisão no Partido Comunista Russo entre o estalinismo e o marxismo leninista-trotskista. Tomamos apenas esses três acontecimentos que separaram definitivamente o marxismo da socialdemocracia e de toda sorte de revisionismo. Não é nossa intenção comparar com o que se passou no PSTU. Apenas julgamos necessário reafirmar que as cisões (ou fusões) sempre devem ser analisadas a partir de posições programáticas, táticas e estratégicas; de posições principistas; de posições de classe. Não é o que encontramos na “Carta à Direção do PSTU” e “Declaração da Direção Nacional do PSTU”, publicadas no jornal Opinião Socialista, 520, de 7 a 20 de julho de 2016. Não encontramos também nos discursos de lançamento do MAIS, realizados na solenidade do dia 23 de julho.

Valério Arcary relatou que foram editados 75 boletins internos, que perfazem 6 livros. O anúncio da cisão, porém, não expressou a profundidade da divergência que justificasse tal decisão. Sequer foi apresentado um resumo das discussões. Uma vez que a divisão se tornou inevitável e se confirmou com o lançamento de uma nova organização, era dever de ambas as partes tornar completamente transparente o processo de formação da fração e de ruptura. A avaliação e julgamento do ocorrido se tornaram um problema que transcende o PSTU e o MAIS. É do interesse do movimento socialista, revolucionário. É de tradição dos marxistas exporem claramente a luta contra o revisionismo e reformismo à classe operária e à sua vanguarda. Certamente, não procede enquanto se mantém internamente e as posições em conflito não rompem a unidade partidária. O que não é o caso de o fracionamento se tornar cisão e formação de outro partido.

A atitude do MAIS em não expor por inteiro a dissensão levanta a suspeita de que a “Carta à Direção Nacional do PSTU” e os discursos no auditório do Clube Homs não justificaram os 75 boletins, quase uma biblioteca, como concluiu Arcary, em tom de júbilo. É bem provável que a forma harmônica e diplomática do rompimento não exigiu maiores

explicações e demonstrações de que houve luta política e que esta continuará. A separação amigável implicou uma exposição pública amigável de ambos os lados, o que indica a inexistência de uma cisão em torno de posições programáticas. Arcary introduziu seu discurso vangloriando um padrão de separação desconhecido entre as esquerdas no Brasil - poderia ter dito no mundo. Referiu-se às cisões provenientes de expulsões por ideias, às acusações morais, etc., para dar a entender que a separação do PSTU que resultou no MAIS alcançou um padrão de civilidade rara.

O fracionamento partidário sempre é contundente, áspero e carregado de comomoção. É o que verificamos em todas as grandes cisões na história do movimento socialista, a como acima referimos. Isso porque resulta no divisor de águas do programa e da teoria revolucionários com o revisionismo (reformista, centrista, etc.). E porque expressam, mais ou menos abertamente, mais ou menos desfiguradamente, a luta de classes interna ao partido. O caso citado de expulsão por ideias não tem a ver com o choque e o nível de contundência, mas sim com o estalinismo. Não se pode confundir uma típica expressão político-organizativa do partido burocratizado com a do partido regido pelo centralismo democrático. Os conflitos de Marx e Engels com Bakunin e Proudhon na I Internacional foram de vida e morte. O mesmo de Lênin contra os revisionistas e chauvinistas da II Internacional; e de Trotsky com Stálin na III Internacional. Não é necessário se estender aos casos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, em que os socialdemocratas revisionistas se tornaram bárbaros assassinos. Em todos esses casos, repetimos, os violentos embates se deram em torno do programa e da teoria revolucionária. Não é, portanto, nenhum prodígio a fração que rompeu o PSTU sair como cavalheiros educados e muito menos a atitude do PSTU em tratá-la com luva de pelicas. Ao contrário, esse caso especial de cisão revela a ausência de uma base programática que a justificasse. Se a tivesse, com certeza, o PSTU e o MAIS estariam se digladiando perante os explorados e sua vanguarda.

Tal pasmação tem sentido em se tratando de mais uma divisão no âmbito do morenismo, ou seja, do revisionismo do trotskismo. O centro de suas crises e dispersão está na Argentina. Suas divisões e subdivisões são conhecidas pelas acirradas acusações. As várias facções do morenismo disputam palmo a palmo a liderança do movimento revisionista.

No lançamento do MAIS, compareceram representantes do PCB, PSOL, MRT, etc. Essa composição, por si só, indica o sentido das palavras de Arcary, principalmente quando diz que o MAIS é “ponto de partida para a convergência de socialistas revolucionários no Brasil”. A ruptura não indicou uma delimitação programática da política do PSTU, que no passado buscou maior aproximação possível com o estalinismo reformado e com o reformismo pequeno-burguês descarado. O MRT, ex-LER-QI, é uma criação no Brasil e uma sucursal do PTS argentino, reconhecido por nós como morenismo disfarçado. O significado da presença de convidados de tal calibre foi o de apoio à divisão do PSTU, certamente interpretado como seu enfraquecimento. A crise do PSTU é do interesse dessas correntes, que pouco ou nada têm a ver com o marxismo. É bem possível que o MAIS se torne conjunturalmente uma donzela com vários pretendentes. Se assim ocorrer, a fração revisionista servirá de instrumento aos concorrentes do PSTU no terreno do centrismo e do reformismo.

Pelo sentido da cisão e pelo que se exibiu na solenidade de lança-

mento do MAIS, o PSTU, sem desejar, está se livrando de um fardo. Mais precisamente de sua ala à direita. O morenismo é mais um movimento do que propriamente um partido, o que exige uma forma de centrismo na política e de certo burocratismo na organização. É o que explica a afirmação triunfal de Arcary – muito aplaudido – que há lugar para todos no MAIS e que a nova organização não se julga a única revolucionária. O subjetivismo e o voluntarismo de tal pretensão são próprios de militantes que não travaram uma luta programática, que estão profundamente afastados do marxismo e que fazem da generalidade uma virtude. Essa colocação, em sua essência, nega o fundamento de que é o programa da revolução proletária que define se o partido é ou não revolucionário. Se há mais de um, é dever que se fusionem em um só partido leninista.

A seleção dos convidados para a solenidade de lançamento do MAIS, por si só, nos diz quais organizações são consideradas revolucionárias. Não por acaso, sua representação correspondeu ao apoio à cisão e, portanto, por essa via, ao rechaço ao PSTU. A declaração de que o MAIS via revolucionários fora de suas fronteiras esteve bem delimitada ao círculo de convidados, que os promotores da cisão julgavam com segurança que deles viriam apoio, saudações e medidas.

Valério Arcary e outros dirigentes que estiveram à frente da divisão chegaram à conclusão de que o PSTU se estreitou, quando devia se ampliar. Encerrou-se em si mesmo, quando devia alargar suas relações com o PSOL, PCB e quem mais esteve nesse círculo que, sabemos, é bem definido. Não mais aceitaríamos o “caminho do sectarismo e da autopromoção”. Julgaram que o PSTU estava “condenado à marginalidade”. Não obstante, o MAIS se constituiu reconhecendo que o “PSTU é uma organização revolucionária”. Se de fato o PSTU assim fosse, então a fração que rompeu estaria na condição de liquidacionista. Em hipótese alguma, se pode romper uma organização revolucionária, uma vez que se estaria combatendo o programa da revolução social.

Se Arcary e seus companheiros, que descobriram “que às vezes é impossível aos revolucionários pertencer a uma mesma organização”, tivessem aprendido o mínimo com a cisão histórica dos marxistas com os revisionistas não diriam tamanha impropriedade. Se estivessem de fato em luta contra o sectarismo, certamente estariam em defesa do programa da revolução proletária. O sectarismo pode ser uma doença passageira de uma corrente em formação, como pode estar cristalizado. Para saber, é necessário que a divergência seja colocada quanto aos fundamentos programáticos e teóricos, uma vez que o sectarismo (ultraesquerdismo) é expressão política de um setor da pequena-burguesia que não consegue trabalhar no seio do proletariado, portanto, não tem como traduzir a experiência da luta de classes em programa e desenvolvimento teórico. Não é esta a compreensão dos dirigentes do MAIS. A caracterização de sectarismo e o medo de ser condenado à “marginalidade” política têm a ver com as dificuldades eleitorais e com o fracasso de alianças nesse terreno que se deram no passado.

O PSTU não fez um balanço correto de sua política e tática eleitorais. O MAIS rompe sem também tê-lo expresso em sua “Carta à Direção Nacional do PSTU”. Não sabemos o que dizem na “biblioteca” a que Arcary se referiu. O PSTU, nas eleições de 2014, obteve 0,09% do quorum (apenas 91.209 votos). Em 2010, 0,08%. Essa sequência de baixa votação se deu depois de sua aliança com o PSOL ter alcançado 6,85% dos votos (6.575.393), nas eleições de 2006. Lembramos também que, em 2002, o PSTU saiu exultante com o resultado de 0,47%, perfazendo 402.236 votos. Sem dúvida, a baixa votação obtida nas duas últimas eleições foi considerada desastrosa, para um partido que almeja alcançar o Congresso Nacional e que depende da política eleitoral tanto para se construir quanto para conservar seus quadros.

Por mais que o PSTU insista que as eleições não são um fim em si e que não são prioritárias em sua política, adapta sua linha a esse caminho. A política de frente de esquerda eleitoral é parte estrutural de sua existência. Basta que se analise sua conduta quando estava no PT e logo após a sua expulsão, para se constatar o quanto depositou apoio à ascensão de Lula e sempre em nome da frente de esquerda e de uma alternativa dos trabalhadores. A aliança com o PSOL e PCB, soldada em torno da candidatura de Heloísa Helena, foi uma capitulação sem precedente na trajetória política do PSTU diante de posições não apenas conservadoras como em certos aspectos reacionários (a exemplo de posições clericais de Heloísa Helena sobre a questão do aborto). Em tal aliança, ganhou apenas o PSOL. Mas certamente não é o que pensa a fração que rompeu com o PSTU. Não temos dúvida de que na base da caracterização está essa avaliação.

Em sua carta, a fração condena o fato de o PSTU não ter se colocado por “construir a mais ampla unidade de ação com todos os setores que estivessem na oposição de esquerda ao governo”. Postulava a constituição de “uma frente de luta ou terceiro campo alternativo ao governo e à oposição burguesa”. O que é o “terceiro campo alternativo” se não uma oposição democrática ao governo do PT? É disso que essencialmente se trata. Como conclusão, a carta exorta: “Propomos ao PSTU, ao PSOL, ao PCB, às outras organizações políticas que não possuem legalidade e aos movimentos sociais a construção de uma Frente de Esquerda e Socialista, com um programa de ruptura com os planos de ajuste que são aplicados por todos os governos e prefeituras.” A referência “às outras organizações políticas que não possuem legalidade” é demagógica, evidentemente. O que o MAIS aspira é uma grande unidade dos “socialistas” em torno do PSOL.

Em sua “Declaração da Direção Nacional”, o PSTU menciona “diferenças políticas, de programa e teoria”. No entanto, se limita a reconhecer que a “diferença mais importante” se deu em torno da palavra de ordem de “Fora Dilma, Aécio, Temer, Cunha, fora todos”. A fração defendia que o partido se colocasse sob a bandeira “Não ao impeachment” e se alinhasse à Frente Povo Sem Medo. O que significaria colocar-se sob a bandeira do “Fica Dilma”, uma vez o MTST e o PSOL se colocaram como ala esquerda de tal movimento. Acusa a fração de dar “uma importância maior do que elas deveriam ter para os revolucionários” e pretender que o PSTU estabelecesse “alianças e frentes com partidos como o PSOL” que fosse sistemática. E revela a divergência de fundo: “Essa avaliação se apoia numa visão de que vivemos mundialmente um longo período em que não estará colocada a possibilidade de revoluções socialistas, mas apenas revoluções democráticas e que, portanto, é imprescindível eleger deputados e participar do parlamento.”

Mais uma vez, dizemos que é lamentável que não se tenham publicado os principais documentos divergentes, que são de interesse da militância que se coloca pela superação da crise de direção. De forma que temos de nos valer de declarações que sumarizam o embate. Os morenistas, com sua petulância aparelhista e avaliação completamente deturpada do POR, não se dispuseram a considerar nossa posição diante do golpe de Estado que derrubou o governo do PT. Traçamos uma linha divisória absolutamente clara entre as posições governistas e oposicionistas (golpistas), sem, contudo, deixar de reconhecer o impeachment como golpe e lutar no campo da independência de classe. De fato, a Frente Povo Sem Medo, uma articulação política do PSOL, com apoio do PCB, à qual aderiram outros grupos, como o MRT, não tinha uma estratégia própria de poder e assim atuou como ala esquerda da Frente Brasil Popular, do PT e aliados. Caso o PSTU seguisse a posição da fração, estaria em piores condições do que estando no refúgio oportunista do “Fora Todos” e “Eleições Gerais” (poucos entenderam que,

sob o esquerdismo de não reconhecer o golpe e de não lutar contra a direita golpista, se abrigava o oportunismo de defender a convocação de eleições gerais).

É lamentável que a crítica da fração não apenas não respondeu aos erros do PSTU como apresentou uma via que os agravava. A explicação está em que se dividiram na caracterização e na resposta política sob a mesma estratégia democratizante de defesa das eleições gerais. Em não havendo divergência estratégica, não se colocou uma cisão programática. No entanto, a cisão em torno da caracterização da situação mundial tem importância decisiva. Se é exato que a fração considera que “vivemos mundialmente um longo período em que não está colocada a possibilidade de revoluções socialistas, mas apenas de revoluções democráticas”, significa que o MAIS, como variante do morenismo, abandonou a luta pela tomada do poder pelo proletariado, que formalmente o PSTU mantém. Mais cedo ou mais tarde, esse é o fim das correntes que se abrigam na concepção revisionista de Nahuel Moreno que prescreve as revoluções democráticas como uma etapa de transição para uma posterior revolução socialista.

Não por acaso, a fração cindiu o PSTU em nome do morenismo autêntico. A fração majoritária tem procurado adaptar sua compreensão do morenismo às mudanças conjunturais e à luta de classes, levando em consideração as experiências que pavimentam o percurso centrista que caracteriza sua história no Brasil, que começou com a Liga Operá-

ria, em meados dos anos 70.

Aguardamos um tempo para nos pronunciar sobre a cisão. Esperávamos ter mais elementos com a publicação de algum documento ou exposição da divergência pelas duas alas do morenismo. Procuramos nos informar com a militância nos momentos de encontros, reuniões sindicais e manifestações. Lemos as escassas colocações das correntes e nos deparamos com bajulações (MRT) ou ataques estúpidos (como os de PCO). Não vimos na cisão motivo de alegria nem no presente, nem para o futuro. O POR receberia com otimismo revolucionário caso a ruptura resultasse da defesa do marxismo contra o revisionismo morenista. Entendemos que se desprendeu do PSTU centrista a fração mais à direita, profundamente empapada do oportunismo e tipicamente pequeno-burguesa. O MAIS resultou das tendências centrífugas que estão na base do centrismo, impulsionadas pelas condições objetivas de desintegração do capitalismo, pela impossibilidade de florescer uma época de reformas e pela extrema dificuldade de se desenvolver uma política intermediária entre a conciliação de classes e a luta revolucionária pela destruição do capitalismo.

Chamamos a militância, que têm convicção de que o capitalismo da época imperialista é de transição para o socialismo e de que a sua sobrevivência depende da barbárie, a cerrar fileiras em torno do Programa de Transição da IV Internacional, trabalhar por sua aplicação no Brasil e lutar pela construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Ato de lançamento do MAIS

No dia 23 de julho, no Clube Homs (São Paulo) se fez a apresentação do Movimento Alternativo Independente Socialista (MAIS), uma ruptura do Partido Socialista de Trabalhadores Unificado (PSTU). Contou com a intervenção de militantes do MAIS e das correntes convidadas.

Abertura

Amanda Gurgel abriu as intervenções. Ressaltou que o MAIS teria por principal objetivo dar uma “nova forma” à intervenção da esquerda. Que era possível “manter o conteúdo revolucionário” com um discurso “mais leve” e falando da “realidade da gente”. Evitando assim a “dureza” das posições ou escrever “três páginas” com nosso programa, atitude essa que “leva ao sectarismo e à arrogância”. Segundo Gurgel, “infelizmente não é o programa marxista”, a teoria “como está escrita nos livros” o que iria fazer as pessoas se tornarem socialistas. Portanto, havia que “partir da realidade concreta” e evitar um “dialético” que só os marxistas entendam.

André Freire, como representante da Coordenação Nacional, destacou que a organização teria por principal objetivo imediato participar das mobilizações pelo “Fora Temer!” com a bandeira de “Eleições Gerais Já!”. Assim, o MAIS deveria servir de instrumento estratégico à reorganização da esquerda no Brasil em um polo alternativo e a unificar no curto prazo, sob uma Frente de Esquerda para intervir nas eleições municipais. Finalmente, que no ano do aniversário da Revolução Russa era necessário avançar os debates para unir a esquerda socialista internacional sobre a base de uma “atualização” do programa revolucionário.

Convidados

Carlos Giannazi, do PSOL, colocou à nova organização a necessidade de uma maior flexibilidade para intervir nos movimentos. E que a ruptura com o PSTU fortalecia o “campo” da luta pelo “Fora Temer!” e “Eleições Gerais”. No mesmo sentido, Pedro Paulo, da Ação Popular Socialista (APS), concordou com essa palavra de ordem e acrescentou

que a esquerda não podia cometer dois erros: praticar o “seguidismo ao lulismo”, ou “cair no sectarismo”.

Edmilson Costa, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), disse que o novo ciclo da crise que se abre é “o da unidade dos revolucionários”. Tostão, da Insurgência, concordou e assinalou que há uma expectativa de que o MAIS poderá servir a um novo ciclo de reorganização das forças socialistas e revolucionárias visando a construir a “ferramenta política estratégica”. Diana Assunção, do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT), por sua vez, destacou que o golpe institucional foi um divisor de águas no país e “na esquerda”. Colocando-se a tarefa de avançar “a um debate programático” para construir uma “organização revolucionária sem patrões”. E que isso significava na conjuntura constituir uma “Frente de Esquerda”, a exemplo da FET na Argentina.

Nanci, da Luta Socialista (LS), coincidiu nessa análise, acrescentando que os socialistas das diversas correntes teriam de se unificar na conjuntura eleitoral das eleições municipais. No mesmo sentido de seus antecessores, se colocaram Miranda, da Esquerda Marxista, Mazerir, da Liga Socialista Revolucionária (LSR-PSOL), Adriano da CST, Ézio, da Conspiração Socialista, e Marcelo Badaró, da Nova Organização Socialista (NOS). O tom comum foi o de se colocar sob as bandeiras de “Fora Temer!” e “Eleições Gerais Já!”, de constituir um partido de massas e unificar as organizações em uma frente de esquerda para as eleições municipais. Badaró foi além e chamou a formar frentes mais amplas, a começar pelos Estados. Rosi, do Socialismo ou Barbárie, assinalou a importância da unidade internacional dos socialistas na base da “revisão dos clássicos” e um “balanço das revoluções do século XX”, que supere “os equívocos da esquerda mundial”.

A representante do MES (PSOL) se destacou das demais intervenções ao assinalar que cabia fundamentalmente às mulheres “a construção de um projeto alternativo da sociedade”. Não se pronunciou sobre a Frente de Esquerda. Enquanto a Pastoral Operária não destoou do tom geral favorável à frente de esquerda e do eleitoralismo ao dizer que o MAIS tem responsabilidade na reorganização da esquerda socialista.

O MTST, que enviou uma nota de saudação, afirmou que a nova organização era um avanço na parceria de aprofundar a via de reinventar a esquerda, sem “sectarismo e com autonomia”.

Conclusão

Valério Arcary fechou a “parte política” do ato (logo viria a “parte festiva” com música, bebidas, apresentações culturais, etc.). Seu discurso focalizou que a nova organização se colocava como ponto de partida da convergência para a unificação dos revolucionários no país. O objetivo era o de construir uma organização não como “fim em si mesma”, à qual as massas “seguem cegamente” por intermédio de um “líder infalível”. Ao contrário, a nova organização se destacaria por se constituir como um “coletivo”, onde os militantes dividem as tarefas e onde os porta-vozes são controlados pela base partidária. Nesse coletivo há lugar para todos, operários, homens, mulheres, LGTBs. Referiu-se à defesa de um projeto de “revolução brasileira”.

O fundamental da ruptura

Como se vê, o MAIS não resulta de uma ruptura programática. É mais um estilhaço do morenismo. Do que se depreende, trata-se essencialmente de uma ruptura no campo da tática eleitoral. Isto é, da “amplitude” das frentes de esquerda eleitorais perante outras organizações e das concessões que se deve fazer ao PSOL e seu aliado, o PCB.

ESTILHAÇAMENTO DO MOVIMENTO AO SOCIALISMO-MAS ARGENTINO

Achamos necessário sintetizar a crise do morenismo que há muito se arrasta em função da cisão de uma fração com o PSTU e constituição do MAIS, no Brasil. O termo morenismo deriva do já falecido argentino Nahuel Moreno. Sua obra revisionista do trotskismo tem por essência a negação de que vivemos na época das revoluções proletárias.

Em 1982, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) propôs a criação do Movimento ao Socialismo (MAS). No contexto de avanço da redemocratização do país, Nahuel Moreno assinalará que se abria a possibilidade, a partir do processo eleitoral, de “reorganizar as forças socialistas” em uma “corrente o mais ampla possível”. Estava assim aberto o caminho da consolidar um “polo de esquerda” e um “Partido Socialista de massas”. A roupagem “democratizante” do MAS serviria, segundo Moreno, como “disfarce tático” dos revolucionários para afirmar a construção de um partido revolucionário.

No dia 7 de setembro de 1982, foi publicada nos jornais uma carta assinada pela Junta Promotora do MAS. Com a vista colocada nas eleições, se dirá que aquela era a “hora do Socialismo” e se convocam as mais distintas correntes de esquerda a construir um grande “Partido Socialista”. E se propõe a Declaração de Princípios do Partido Socialista de 1896 como base programática (uma velha declaração de princípios abstratos).

O MAS ganhará projeção com a redemocratização. Transformou-se na maior corrente que reivindicava o trotskismo. Estima-se que tenha se inserido em mais de 150 fábricas. Abriu mais de 400 locais. Alcançou 400 mil votos nas eleições de 1998 (quinta força eleitoral). Parecia que de fato a organização correspondia à “nova etapa” das “revoluções democráticas”, concebidas por Moreno, que se pôs a “atualizar” o Programa de Transição, na realidade a revisar.

O MAS adotaria a forma organizativa típica dos partidos democratizantes: por circunscrições eleitorais. A elas se subordinariam as organizações celulares por local de trabalho. Isto é, se priorizaria a abertura de “locais”.

A incorporação de militantes pela via das filiações modificaria irremediavelmente o antigo PST. Importava mais a quantidade de filiados do que seu nível político. Assim, a organização “seccional” (por locais

Mais uma vez, a vanguarda está diante do impasse do centrismo, que como tal oscila entre o marxismo e o reformismo. A pretensão de tornar o MAIS em um ponto de convergência das mais distintas variantes da política pequeno-burguesa é sacada do arsenal de Nahuel Moreno que passou a conceber a construção do partido socialista como a síntese de distintas posições. Valério Arcary deixa transparecer que o MAIS é o resultado da legítima defesa das posições clássicas do morenismo. Lançou a novidade da “revolução brasileira”, que carrega a marca do nacionalismo burguês.

Não por acaso a plêiade de convidados aplaudiu a cisão e dela vão se valer para isolar o PSTU. Foram ávidos ao lançamento do MAIS, como as moscas varejeiras vão às feridas. Serviram de caixa de ressonância à falsa crítica de que o PSTU adentrou ao sectarismo, um caminho sem volta. Ao embuste de que é preciso ser mais flexível com os movimentos, que é preciso ser menos duros nos discursos e estar mais dispostos à unidade eleitoral na forma de frentes.

Entendemos que a ruptura no PSTU expõe a necessidade da vanguarda classista se opor ao empirismo e ao oportunismo morenista, defendendo a unidade dos revolucionários na base do programa e da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Sem dúvida, é um caminho mais árduo e longo. Porém, é o único capaz de impulsionar a construção do partido-programa, de se contrapor às tendências divisionistas no seio das esquerdas e superar a crise de direção.

e comitês por bairros) modificava não apenas a estrutura organizativa, como também o seu conteúdo social e político. O PST, que sobrevivia artificialmente como “tendência” interna, sob a pressão de Moreno, se dissolverá no MAS.

Por outro lado, a filiação e a estrutura legal exigiam a formação de um grupo especializado na administração das finanças: um corpo de “funcionários permanentes”. Será essa estrutura legal e eleitoral que subordinará finalmente todas as outras funções políticas. E condicionará também o caráter e conteúdo das rupturas. A direção se profissionalizou assim no exercício da administração do aparelho e dos atritos de suas frações internas. Nahuel Moreno agia como árbitro das disputas faccionais. E, de sua administração, extraía prestígio, dando coesão formal às frações através da partilha dos recursos políticos, organizativos e administrativos do aparelho.

A coesão “ideológica” se produzia mantendo uma Declaração de Princípios com referências abstratas ao programa marxista. Mas, a ela se sobrepunha a coesão organizativa de cunho democratizante. Assim, as frações se reproduziam e ganhavam peso internamente.

A combinação oportunista das declarações socialistas abstratas e o oportunismo eleitoral confluíram para acobertar que a tal da “revolução democrática” constituía uma estratégia em si e o socialismo não passava de máscara esquerdizante. A tática eleitoral percorria novas trilhas a depender do caráter e amplitude da “unidade dos socialistas”.

Com a morte de Moreno, em 1987, deflagraram-se as lutas intestinas. Em 1989, o MAS é fraturado e se forma o Partido Socialista dos Trabalhadores (PTS). Anos depois se sucederam novas rupturas: Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), Convergência Socialista (CS), Frente Operária Socialista (FOS), a Liga Socialista Revolucionária (LSR) e a União Socialista dos Trabalhadores (UST). Mais à frente, constituiu-se a corrente Esquerda Socialista (ES). Por sua vez, uma fração que rompeu com o PTS, em 2001, formou o Novo MAS –que em seu primeiro Congresso tornará pública sua “ruptura” com Moreno.

As divergências ao redor da herança morenista dividiriam, por sua vez, às novas organizações. O Novo MAS e o PTS (no Brasil, o MRT -ex LER-QI- é seu satélite) anunciariam sua ruptura com o legado morenista.

ta da “revolução democrática” e criticariam o desvio democratizante do velho líder. Enquanto o MST – como também a Esquerda Socialista, que mais à frente adotaria o nome de PSTU, ligando-se ao PSTU brasileiro -, CS, LSR e outras organizações da mesma árvore genealógica manteriam a defesa das teses e da política morenistas.

No entanto, o fundamental está em que, apesar dessas divergências, todas as correntes e cisões continuariam com os métodos organizativos e táticos herdados de Nahuel Moreno. O fato de algumas delas renunciarem à pseudo teoria da “revolução democrática” não significou a superação do democratismo pequeno-burguês. Assim, o PTS e o novo MAS, que anunciaram romper com “a teoria etapista de Moreno”, re-produzem ainda hoje seus métodos organizativos e práticos, bem como o fetiche da Assembleia Constituinte. O fato é que todos os morenistas (se reconhecendo ou não como tais) defendem a via das Frentes de Esquerda eleitorais como uma via para criar um “polo alternativo”, tanto para a “luta nas ruas” como para a “luta nas urnas”. Todas as correntes defendem a construção do “Partido de Trabalhadores sem patrões” para reorganizar e unificar às “correntes trotskistas ou trotskizantes”. Quase todos os partidos que provêm do MAS se colocam pelo “Governo dos Trabalhadores” e assinalam a possibilidade –ou deixam aberta a possibilidade, sem se colocar abertamente, para não “posar” de morenistas- de constituir tal governo pela via das eleições. Todos afirmam

Lançamento do livro **Ascenso e Queda do PT em Franco da Rocha**

O POR realizou uma atividade de lançamento do livro *Ascenso e Queda do PT*, no dia 14 de agosto, na cidade de Franco da Rocha. Consistiu de um debate, que se iniciou com uma exposição sobre o conteúdo da obra, seguida das intervenções do plenário.

A explanação inicial tomou como ponto de partida a análise do contexto de surgimento do Partido dos Trabalhadores, que era de esgotamento da ditadura, ressurgimento do sindicalismo classista, reposicionamento da igreja, ao mesmo tempo em que o PCB praticamente havia desaparecido do cenário e a luta foquista tinha levado a resultados desastrosos. A criação do PT significou um passo progressista, mas apenas na medida em que permitia separar os oprimidos da burguesia e se baseava na politização desde os núcleos de base. O camarada responsável pela exposição apontou o posicionamento da jovem Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T-POR), que interveio no processo com o programa da revolução e ditadura proletárias.

A fala seguiu indicando também o contexto internacional, particularmente os episódios da restauração capitalista na União Soviética. O revisionismo penetrou nas fileiras da esquerda, conduzindo à condenação do bolchevismo por meio da crítica burguesa ao “socialismo real”. Esta expressão obscurece o caráter antimarxista do estalinismo e todo o processo de degeneração burocrática do Estado e do partido na Rússia. Essa confusão compareceu na trajetória do PT através da defesa de um socialismo “sui generis”, definido no 1o Encontro Nacional (agosto de 1981) com a consigna de “socialismo democrático”, que não reproduziria modelos externos e se situaria entre a socialdemocracia e o totalitarismo do “socialismo real”.

A apresentação deu conta de mostrar a resposta da T-POR contida no livro, de que a formulação petista de “socialismo democrático” correspondia a um ecletismo para acobertar a estratégia reformista, para ocultar os objetivos eleitorais e a tática oportunista da frente popular. Em outras palavras, a crítica da T-POR desnudava o caráter socialdemocrata do programa defendido pela Articulação, corrente majoritária do PT. Bastou lembrar de formulações tais como “defesa da democracia como valor estratégico”, “governo democrático-popular” e outras.

Na sequência, passou-se à questão da ruptura da T-POR com o PT. Foi mencionado, nesse aspecto, a importância do VI Encontro Estadual de SP

estarem pela “unidade dos revolucionários” em um partido único da revolução socialista de conteúdo oportunista e sem delimitação nem crítica marxista interna. Finalmente, todos se colocam pela revisão do trotskismo e por assimilar as pseudoteorias acadêmicas que diluem a opressão de classe em múltiplas “opressões sociais”.

A vanguarda marxista, tanto na Argentina quanto em América Latina, terá de se delimitar clara e programaticamente dos morenistas. Não se pode desconhecer a necessidade de realizar um trabalho para ganhar seus militantes mais honestos e combativos. Os velhos quadros formados no oportunismo e consolidados como funcionários de aparelho estão largamente solidificados -ideológica e praticamente- no revisionismo.

Certamente, alguns de seus quadros médios e militantes não corrompidos pelo morenismo podem se elevar à teoria e à prática da revolução e ditadura proletárias. O que somente é possível na base de uma ruptura programática e organizativa completa com o revisionismo morenista, na base da defesa da doutrina e da teoria marxista-leninista-trotskista. Isso explica por que as divisões que continuam ocorrendo no seio do morenismo distam de serem rupturas progressivas, ou seja, que reconheçam que o fundamento da revisão morenista está em sonegar a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Precisamente, em não aplicar às particularidades nacionais o Programa de Transição da IV Internacional.

do PT. Este partido havia crescido eleitoralmente, o caudilho Lula havia se projetado e setores da burguesia já não receavam apoiá-lo, inclusive financeiramente. Tal quadro exigiu da Articulação um aperto no controle burocrático interno, com a imposição às tendências de que aceitassem os pressupostos reformistas. Impossibilitado de seguir na defesa de seu programa, a T-POR rompeu lançando um manifesto, publicado no livro, de defesa da construção do partido revolucionário no Brasil.

Outras tendências da esquerda, como a Convergência Socialista (que originou o PSTU) e a Causa Operária, não seguiram o mesmo caminho. Mesmo se curvando diante das imposições burocráticas da Articulação, acabaram sendo expulsas. As expulsões se deram logo após o 1o Congresso (final de 1991). O PT havia chegado ao segundo turno em 1989, quando Lula enfrentou Collor, momento de enorme projeção do petismo. Esses fatos, aliados à conquista de parlamentares, prefeitos e governadores foram aprofundando o caráter conciliador e de submissão à burguesia nacional e internacional do PT. Os anos 1990 foram prodigiosos nesse sentido, credenciando a legenda a ocupar a presidência sem riscos à classe dominante. A Carta aos Brasileiros, assinada por Lula, diante da vitória nas urnas, coroa toda essa trajetória.

Os mandatos de Lula e Dilma, a despeito de suas diferenças, revelaram o quanto a política da “governabilidade”, implicando em alianças com os setores mais espúrios, como o malufismo, colocou o PT na condição de refém das oligarquias, em especial do PMDB. As políticas sociais e demais benesses, antes propaladas como comprovação da viabilidade da estratégia do “governo democrático-popular”, concluíram comprometidas pela crise econômica e política, chegando até o golpe institucional em 2016.

Encerrada essa exposição, o debate prosseguiu com as colocações de outros companheiros. Foram lembrados aspectos como da repressão durante os governos do PT, os casos de corrupção, além de experiências pessoais da militância na época de surgimento do partido de Lula. Houve perguntas sobre alguns temas, a exemplo da formulação do POR acerca da ditadura do proletariado. Respondidos os questionamentos e feitas as observações finais, foi encerrado o debate. O balanço foi de que a atividade contribuiu positivamente e o próprio livro foi apontado pelos participantes como uma conquista importante da militância porista.

Nesta edição:

- Bolívia: A crise interna do oficialismo se manifesta por todos os lados
- 76 anos do assassinato de Leon Trotsky
- Leon Trotsky: O Comintern e a GPU
- Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

A crise interna do oficialismo se manifesta por todos os lados

O crescente mal-estar no seio dos diferentes setores e a falta de respostas satisfatórias por parte do governo às suas exigências estão gerando um clima social cada vez mais convulsivo. As mobilizações saltam por todos os lados e o governo, por sua incapacidade de atender as necessidades dos mobilizados, recorre à repressão para disciplinar os inconformados. No começo, conseguiu amedrontar os explorados e fazê-los retroceder, mas agora a repressão os encoraja e os radicaliza cada vez mais. Os conflitos tendem a se generalizar, alcançando conotações cada vez mais políticas porque põem em questão o destino do governo e do Estado burguês.

Estas importantes modificações na conduta dos explorados e oprimidos estão pressionando poderosamente o oficialismo. Em muitos setores, já é um pecado se identificar com o governo ou defender abertamente as suas medidas. Os oficialistas se veem obrigados a baixar a cabeça e a inventar justificativas para salvar a imagem do presidente. É frequente o argumento de que o mal está nos ministros de origem neoliberal, que agem pelas costas do “irmão Evo” e que o estão levando ao precipício.

Neste ambiente político e social, cada dia se faz mais evidente a crise interna no oficialismo. Aparecem por todos os

lados tendências críticas à política oficial, lutas intestinais nos municípios e governos, congressos rebeldes nos setores que até a véspera estavam controlados pelo MAS, as frentes sindicais oficialistas se fraturam aceleradamente, etc.

Esta situação está revelando uma rápida decomposição no seio do oficialismo e os que se colocam como base social firme em apoio ao governo são aqueles que estão solidamente amarrados pelos privilégios que recebem do poder político. Estes setores prontamente atuaram como grupos paramilitares apoiando a repressão policial para dar a aparência de que a repressão do Estado burguês contra as mobilizações tem apoio social e popular. No último bloqueio camponês fracassado, em La Paz, em apoio ao governador, este tipo de grupo de choque, encabeçado por elementos identificados, tendo à frente o líder dos “Satucos” Gustavo Torrico, já tinha atuado.

Devemos nos preparar para esta nova situação. Os diferentes setores mobilizados devem se organizar em grupos de auto-defesa para fazer frente aos provocadores oficialistas. A violência estatal deve ser respondida com a violência revolucionária das massas mobilizadas.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2459, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

76 anos do assassinato de Leon Trotsky

As duas partes publicadas abaixo foram extraídas da introdução aos escritos “Os gângsteres de Stálin”, feita pela Fundação Friedrich Engels. Em 24 de maio de 1940, às 4 horas da madrugada, a casa de Trotsky foi invadida pelo pintor Alvaro Siqueiros, comandando um bando de estalinistas, que imobilizaram os seguranças e metralharam o quarto onde Trotsky dormia. Por uma fração de segundo, escapou do fuzilamento. Trotsky responsabilizou Stálin, a GPU e seus sicários mexicanos. Apesar de toda a denúncia internacional e da certeza de que Stálin estava decidido se livrar do seu principal opositor revolucionário, em 20 de agosto de 1940, Jacques Mornard, cujo nome verdadeiro era Ramón Mercader, traiçoeiramente assassinou Trotsky.

O livro “Os gângsteres de Stálin” constituiu um documento histórico imprescindível para a luta revolucionária dos verdadeiros socialistas.

Uma vida dedicada à causa do socialismo

Na história do movimento operário, seguramente, não existiu um dirigente revolucionário tão perseguido como Leon Trotsky. Encarcerado e deportado pelo Estado czarista em sua juventude, quando

se tornou em organizador da Liga Operária do sul da Rússia, novamente julgado e deportado para Sibéria depois da Revolução de 1905, Trotsky viveu sempre sob o fogo da repressão capitalista. Durante a primeira guerra mundial, foi expulso da França por fazer propaganda antibélica e internacionalista. Também passou pelos cárceres espanhóis antes de sua estada forçada nos Estados Unidos, em poucos meses novamente foi encarcerado no Canadá, quando se dirigia à Rússia revolucionária na primavera de 1917.

A repressão da burguesia mundial a Trotsky não é senão a expressão da hostilidade geral dos capitalistas contra as ideias do marxismo. Perseguição que se multiplicou com a sanha da calúnia, da injúria e, finalmente, assassinado pelo estalinismo, o que indica que não há precedentes na história.

Para várias gerações de comunistas, desorientados pelas mentiras oficiais do estalinismo, Trotsky era o diabo; o colaborador do fascismo, o “louco ultraesquerdista”, que como um profeta delirante falava da “revolução mundial”, sem entender de “condições objetivas”. O

único que ousava criticar o regime burocrático “fazendo o jogo do imperialismo”, mas por mais calúnias que o estalinismo tenha lançado contra Trotsky, seu pensamento político, suas ideias resistiram à prova dos acontecimentos, enquanto os regimes burocráticos da União Soviética e do Leste Europeu, que perverteram o marxismo, se desintegraram e os herdeiros políticos dos velhos burocratas se tornaram uma nova burguesia nestes países. Trotsky explicou em *A Revolução Traída*, escrito em 1936, que a sobrevivência do regime estalinista constituía uma ameaça mortal às conquistas da revolução. Suas previsões se cumpriram com exatidão matemática. Hoje, os antigos burocratas da Rússia, Polônia, Hungria, Checoslováquia e outros países, que fizeram carreira política nos impropriamente chamados “Partidos Comunistas” oficiais, não tiveram nenhum problema em apoiar as privatizações, o saque da propriedade estatal, as demissões massivas de trabalhadores e liderar a restauração do capitalismo para assegurar novos ganhos e privilégios.

Crítica ao estalinismo

Trotsky foi o primeiro marxista que desenvolveu a análise e a crítica do fenômeno estalinista. Ao abordar a questão da degeneração da revolução, foi extremamente cuidadoso em utilizar o método dialético por meio de aproximações sucessivas, especialmente quando se tratava de um fenômeno histórico inédito que nunca antes havia sido considerado por nenhum teórico marxista. O caráter peculiar da

burocracia como casta dominante usurpadora deu lugar a todo tipo de contradições.

A burocracia, que havia expropriado politicamente a classe operária, por sua vez, se baseava na forma de propriedade nacionalizada pela revolução. Via-se obrigada a falar em nome do bolchevismo, ainda que, ao mesmo tempo, pisoteasse uma ou outra vez todas suas tradições. Para silenciar toda crítica, era essencial eliminar todos aqueles que pudessem apontar com o dedo acusador e recordar às massas ou aos próprios burocratas como eram as coisas antes.

O caráter usurpador da casta dominante, a natureza de seus privilégios e vantagens, a contradição evidente entre as proclamações “socialistas” e a desigualdade crescente faziam com que os novos burocratas se sentissem inseguros. Tal insegurança e medo perante as massas, os empurrava à procura de segurança à sombra de um “homem forte”, que silenciava a oposição. Não se podia duvidar do “homem forte”, já que pôr em dúvida o chefe significava pôr em dúvida a própria burocracia.

A eliminação física de toda oposição, real ou potencial, e a implantação de um regime totalitário eram as pré-condições para a consolidação da burocracia. As particularidades psicológicas de Stálin e sua megalomania e crueldade psicopata podem explicar o caráter monstruosamente grotesco que imprimiu às perseguições, mas não o fenômeno em si.

A passagem abaixo é parte de um documento redigido por Trotsky, cuja conclusão foi na data em 17 de agosto de 1940. Faz parte dos escritos reunidos na publicação “Os gângsteres de Stálin”.

O Comintern e a GPU

O atentado de 24 de maio e o Partido Comunista do México

Leon Trotsky

Premissas políticas

Este documento pretende objetivos judiciais e não políticos. No entanto, a ação criminosa do chamado Partido “Comunista” mexicano decorre de motivos políticos. O atentado de 24 de maio teve um caráter político. Não se pode compreender a mecânica deste crime, e ainda menos os motivos causais de seus cúmplices, sem descobrir, ainda que em grandes traços, o subterrâneo político do atentado.

Atualmente, a opinião pública já não duvida que o atentado foi organizado pela GPU, órgão principal da dominação de Stálin. A oligarquia do Kremlin tem um caráter *totalitário*, isto é, que subordina todas as funções sociais, políticas e ideológicas da vida do país e destrói as menores manifestações de crítica e de opinião independente. O caráter totalitário da política do Kremlin não deriva do caráter pessoal de Stálin, mas da situação da nova casta dirigente diante do povo. A revolução de Outubro perseguia duas tarefas conjuntas: 1) a socialização dos meios de produção e o aumento, mediante a economia planificada, do nível econômico do país; 2) a criação, sobre essa base, de uma sociedade sem diferenças de classe, portanto, sem burocracia profissional, uma sociedade socialista administrada pela totalidade de seus membros. A primeira tarefa foi realizada em seus aspectos básicos; as vantagens da economia planificada, apesar da influência do burocratismo, se revelaram com uma força indiscutível. O problema do regime social é diferente. Em vez de aproximar-se do socialismo, afasta-se dele. Em virtude de causas históricas, que não trataremos aqui, sobre as bases da Revolução de Outubro, desenvolveu-se uma nova casta privilegiada, que concentra em suas mãos todo o poder, e devora uma parcela cada vez maior da renda nacional. A situação desta casta é profundamente contraditória. Verbalmente, atua em nome do comunismo. Em realidade, luta por seu ilimitado poder e seus imensos privilégios econômicos. Rodeada por desconfiança e inimizade das massas enganadas, a nova aristocracia não pode admitir a menor trinca em seu sistema. No interesse de sua própria conservação, se vê obrigada a estrangular os menores contatos com a crítica e a oposição. Daí a sufocante tirania, a escravidão geral diante do “caudilho” e da hipocrisia não menos geral. Daí também o gigantesco papel

da GPU como instrumento de domínio totalitário.

O absolutismo de Stálin não se apoia sobre a autoridade tradicional da “graça divina”, nem sobre a “sagrada” e “inviolável” propriedade privada, mas sobre a ideia da igualdade comunista. Isto priva a oligarquia da possibilidade de justificar sua ditadura com qualquer prova sensata e convincente. Tampouco pode referir-se, em sua justificativa, ao caráter “transitório” de seu regime, porque a questão não se apoia em que a *igualdade não esteja realizada em sua totalidade*, mas sim em que a *desigualdade cresce continuamente*. A casta dirigente se vê forçada a mentir, maquiagem, disfarçar e atribuir a seus críticos e a seus adversários, sistematicamente, motivos diametralmente opostos àqueles que os animam. A todos aqueles que atuam em defesa dos operários e contra a oligarquia, o Kremlin os aponta imediatamente como partidários da restauração capitalista. Esta mentira estandardizada não é casual: desprende-se da situação objetiva desta casta, que encarna a reação jurando pela revolução. Em todas as revoluções passadas, a nova classe privilegiada pretendeu livrar-se da crítica esquerdista com uma fraseologia pseudo-revolucionária. Os termidorianos e bonapartistas da grande revolução francesa perseguiram e julgavam todos os verdadeiros revolucionários (jacobinos) como se fossem “monarquistas” e agentes do governo reacionário britânico de Pitt. Stálin, portanto, não inventou nada novo. No entanto, levou o sistema das falsificações políticas ao limite extremo. A mentira, a calúnia, a perseguição, as falsas acusações e as comédias judiciais são uma consequência necessária do caráter usurpador da burocracia na sociedade soviética. Sem se compreender tudo isto, não é possível compreender nem a política interior da União Soviética, nem o papel da GPU na arena internacional.

Lênin, em seu “Testamento” (janeiro de 1923), propunha afastar Stálin do posto de secretário geral do partido, referindo-se à sua grosseira, deslealdade e inclinação ao abuso do poder. Dois anos antes, Lênin prevenia: “este cozinheiro servirá somente pratos picantes”. No partido, ninguém queria, nem respeitava Stálin. Mas quando a burocracia começou a sentir a gravidade do perigo que a ameaçava por parte do povo, precisou justamente de um caudilho grosseiro e desleal, disposto a abusar do poder em função dos seus interesses. Eis por que o cozi-

nheiro dos pratos picantes se tornou o chefe da burocracia totalitária.

“O ódio da oligarquia moscovita contra mim se origina na profunda convicção de que eu a trai”. Essa acusação tem seu sentido histórico. A burocracia soviética elevou Stálin à condição de chefe, não de uma vez, nem sem vacilações. Em 1924, Stálin era desconhecido dos amplos círculos do partido, não dizemos da população, e, como foi dito, não gozava da popularidade nem sequer entre as fileiras da burocracia. A nova casta dirigente tinha a esperança de que eu assumisse a defesa de seus privilégios. Nesse sentido, realizaram-se não poucos esforços. A burocracia se inclinou decididamente para o lado de Stálin, assim que compreendeu que eu não tinha a intenção de defender seus interesses contra os operários, e que, ao contrário, estava determinado a defender os interesses dos operários contra a nova aristocracia, então fui considerado “traidor”. Esta denominação, na boca da casta privilegiada, é um testemunho de minha lealdade à causa dos trabalhadores. Não é uma casualidade que 90% dos revolucionários, aqueles que construíram o partido bolchevique, fizeram a revolução de Outubro, criaram o Estado soviético, Exército Vermelho e dirigiram a guerra civil tenham sido exterminados durante os últimos 12 anos, como “traidores”. O aparato estalinista, contrariamente, se encheu, durante este período, de gente que nos anos da revolução se encontravam, em sua maioria, do outro lado da barricada.

Uma mudança análoga sofreu também, durante esse tempo, a Internacional Comunista. O primeiro período do regime soviético, quando a revolução ia de um perigo a outro, quando todas as forças se consumiam na guerra civil, com seu séquito de fome e epidemias, se uniam em diferentes países à revolução e à Comintern revolucionários valentes e desinteressados. Desta primeira onda revolucionária, que demonstrou com fatos nos anos difíceis sua lealdade à Revolução de Outubro não resta na Comintern, literalmente, nem um só homem.

Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?”

No jornal Massas, nº 525, expusemos as críticas de Lênin ao terrorismo, como método de luta individual, à margem do desenvolvimento político e organizativo da classe operária e de fundo espontaneísta.

Agora, sintetizaremos a distinção entre o secretário de “tradeunions” (dirigente sindical) e o “tribuno popular”. Lênin atribuía ao militante partidário as características e a função do “tribuno popular”, que não se limitava à luta econômica, à defesa da liberdade sindical e a combater pelo direito de greve, mas que demonstrava os fundamentos da exploração capitalista, as convicções socialistas e a luta do proletariado mundial por sua emancipação. Distintamente do secretário de “tradeunions”, que se atém aos limites do movimento sindical, o “tribuno popular” responde a todos os problemas de todas as camadas sociais que padecem da exploração e da opressão.

A fração da socialdemocracia russa que se apegava ao economicismo e ao espontaneísmo concluía como sindicalistas, ou nos termos de Lênin tradeunionistas. Ao contrário, o “tribuno popular” reúne as qualidades do trabalho teórico, propagandístico, agitado e organizador. Justamente estas qualidades integradas permitem aos revolucionários atuarem sobre todas as camadas sociais em choque com a exploração capitalista e a sua ditadura de classe. Uma das características do economicismo e do espontaneísmo era a de desprezar a teoria revolucionária como um fator decisivo para a educação política e o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado.



À base de contínuas exclusões, opressão econômica, ataque descarado, expurgos e fuzilamentos, o bando totalitário do Kremlin transformou definitivamente a Comintern em seu instrumento submisso. Seu atual quadro de direção, como o de suas seções, se compõe de gente que aderiu, não à revolução de Outubro, mas à oligarquia triunfante, fonte de altos títulos políticos e de bens econômicos.

O tipo dominante entre os burocratas “comunistas” de agora é o carreirista político, em oposição direta ao tipo revolucionário. O ideal daqueles é alcançar em seu país a mesma situação que alcançou na União Soviética a oligarquia do Kremlin. Não são líderes revolucionários do proletariado, mas pretendentes ao domínio totalitário. Sonham alcançar o êxito com a ajuda da burocracia soviética e da GPU. Olham com admiração e desafio a invasão da Polônia, Finlândia, países bálticos e Moldávia pelo Exército Vermelho, porque estas invasões conduzem imediatamente à entrega do poder aos candidatos locais estalinistas à dominação totalitária.

Não tendo fisionomia, nem ideias, nem influência independentes, os caudilhos das seções da Comintern sabem demasiadamente bem que sua situação e sua reputação se conservam e caem juntamente com a situação do Kremlin. Neste sentido econômico, como se demonstrará mais adiante, vivem de migalhas da GPU. Sua luta pela existência se traduz assim em uma desesperada defesa do Kremlin contra qualquer oposição. Não podem eles deixar de compreender a justiça, e finalmente o perigo da crítica proveniente dos chamados trotskistas. Mas isso duplica seu ódio contra mim e meus partidários. Da mesma maneira que seus amos do Kremlin, os líderes dos partidos comunistas não podem criticar as verdadeiras ideias da IV Internacional, ao contrário, se veem obrigados a recorrer a falsificações e superstições, exportadas de Moscou em quantidades ilimitadas. Na atitude dos estalinistas mexicanos não há, assim, nada de “nacional”: traduzem simplesmente para o espanhol a política de Stálin e as ordens da GPU.

Lênin explica de forma viva em sua polêmica com os espontaneístas: “Devemos assumir a tarefa de organizar a luta política, sob a direção de nosso Partido, de forma tão múltipla que todos os setores da oposição possam prestar e prestem efetivamente a esta luta, assim como ao nosso Partido, a ajuda de que sejam capazes. Nós devemos fazer dos militantes práticos socialdemocratas dirigentes políticos que saibam dirigir todas as manifestações desta luta múltipla, que saibam, no momento necessário, ‘defender um programa positivo de ação’, aos estudantes em agitação, aos descontentes dos zemstvos, aos membros indignados das seitas, aos mestres atingidos em seus interesses, etc. É um exemplo contextual de que um militante partidário, na condição de vanguarda revolucionária, intervém em todas as partes, em todas as situações, em todos os problemas, em todos os movimentos e em todas as camadas sociais oprimidas. Esse é o “tribuno popular”, capaz de desenvolver a luta programática do socialismo no seio das massas.

Vejamus uma outra passagem: “Somente o Partido que organize campanhas de denúncias que realmente interessem a todo o povo poderá se converter em nossos dias na vanguarda das forças revolucionárias”.

A formação do “tribuno popular” se dará pelo domínio dos conhecimentos das leis de funcionamento do capitalismo, de seu desenvolvimento e de sua transformação. O que é possível somente no trabalho de construção do partido no seio do proletariado e na luta por dirigi-lo.